

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL,
SAÚDE E COMUNICAÇÃO HUMANA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TAINARA MACHADO COSTA

O papel social dos trabalhadores *Cabungueiros*: marcas da presença negra nas primeiras práticas de esgotamento sanitário na Porto Alegre oitocentista

Porto Alegre

2024

TAINARA MACHADO COSTA

O papel social dos trabalhadores *Cabungueiros*: marcas da presença negra nas primeiras práticas de esgotamento sanitário na Porto Alegre oitocentista

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^a. Loiva Mara de Oliveira Machado

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Machado Costa, Tainara

O papel social dos trabalhadores Cabungueiros: marcas da presença negra nas primeiras práticas de esgotamento sanitário na Porto Alegre oitocentista / Tainara Machado Costa. -- 2024.

87 f.

Orientador: Loiva Mara de Oliveira Machado.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Questão Racial. 2. Questão Social. 3. Serviço Social. 4. Trabalho. 5. Trabalhadores Cabungueiros/Tigreiros. I. Mara de Oliveira Machado, Loiva, orient. II. Título.

TAINARA MACHADO COSTA

O papel social dos trabalhadores *Cabungueiros*: marcas da presença negra nas primeiras práticas de esgotamento sanitário na Porto Alegre oitocentista

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado - **Orientadora**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. José Rivair Macedo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Tiago Martinelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

A minha avó, Eva Heloisa Machado.

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste importante percurso acadêmico, que só foi possível de forma coletiva, estiveram ao meu lado inúmeras pessoas que foram as bases para que este sonho se tornasse realidade. Então, a elas e eles agradeço:

À todas as mulheres da minha família que me antecederam, mulheres essas que não tiveram a oportunidade de adentrar a universidade, mas que tinham muito a contribuir e ensinar a partir das suas práticas de axé.

À minha avó Eva Heloisa Machado e a Tia Carioca, por cuidarem de mim e do meu Ori em etapas importantes da minha vida, sem elas eu não teria chegado até aqui.

À minha Tia Gane, por sempre cuidar e incentivar a criança que um dia eu fui. Obrigada por sempre acreditar em mim.

À Francesca, a melhor Educadora Social que eu já conheci e amiga que tanto me inspira.

À Cris, que além de amiga por vezes me acalentou com o seu colo de mãe.

À Lueci, que foi um dos presentes que a academia me deu, obrigada por ser esta inspiração pra mim.

À Fran Rodrigues, pela amizade de longa data e por sempre acreditar em mim.

À Carla Zanella por estar comigo em um dos piores momentos dentro desta universidade, por me auxiliar neste processo e não me deixar desistir.

Ao Percio e Roberta, por estarem comigo e fazer do processo de estágio curricular o lugar mais afetuoso e completo possível.

À Greice Jones, Joanna Burigo e Larissa Jorge, que fizeram parte do projeto de estágio obrigatório com muita potência e afeto.

Ao Pedro Acosta, que és uma inspiração para a juventude negra do Campo da Tuca.

Ao querido Celvio da biblioteca da UFRGS, que também fez parte de todo esse processo.

À Eliane Lopes Cassol, que me apresentou ao Emancipa e que me deu todo o acolhimento durante o meu primeiro estágio no IGP.

À família Emancipa, meu lugar de refúgio e acolhimento frente às adversidades desse mundo.

Ao Coletivo AYA, Karina Limeira, Daniela Ferrugem, Cintia Marques e Carolina Martins por fazerem corpo junto comigo em meio aos desafios que a universidade constantemente nos impõe.

À professora Loiva Mara de Oliveira Machado, por todo o afeto, amizade, comprometimento e também por movimentar o Serviço Social da UFRGS.

Ao professor Tiago Martinelli, por ser escudo e fazer corpo junto aos estudantes negros dentro do curso de Serviço Social, obrigada por acreditar em mim professor.

Ao Coletivo bell hooks, Luciana Rodrigues e Bruna Battistelli, obrigada por todo cuidado, escritas e afeto.

Ao Coletivo Atinuké, Nina Fola, Milena Cassal, Daniele Machado Vieira e Fernanda Oliveira da Silva, que são as minhas referências de intelectuais pretas.

Às Educadoras Pretas que tanto me inspiram, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Larisse de Moraes e Desiree Gomes.

À Aline Moura, que esteve comigo desde o desenvolvimento do artigo até a chegada do TCC, obrigada por sempre me acolher com muito afeto.

Ao Laboratório de Criação e Pesquisa idealizado pelo professor Walter Lippold, obrigada por todas as orientações e trocas.

À Vanessa Costa e Ruan Kaingang, amigos queridos que estarão eternamente presentes em meu coração.

Aos meus amigos: Nego Denner, Rodrigo, Jorge, Jucy, Marcelo, Darlene, Acir, Kellen, Cintia, Carina, Roberta, Lisi, Lauren, Gabi, Rosa, Larisse Costa, Aline, Nicolas e Stefanie por sempre se fazerem presentes.

Ao meu primo Max William, obrigada por todo axé, acolhimento e cuidado nos momentos mais difíceis da minha vida.

À Thuila Ferreira, Marlete Oliveira, Valquiria Fortunato, Karen Santos e Alisson Batista, na ausência de referências pretas dentro da universidade, eu tive a sorte de me inspirar nas contribuições que vocês haviam deixado. Muito obrigada por todas as trocas.

À minha psicóloga Sida Maia, obrigada por cuidar do meu Ori e ser essa potência que és.

Ao meu amor Tadeu, muito obrigada por me mostrar que o amor pode ser vivido de forma leve, potente e sincera.

Por fim, gostaria de agradecer ao professor José Rivair Macedo, por toda a dedicação e comprometimento que dispôs ao longo de todos esses anos com o intuito de fortalecer a caminhada de estudantes negras e negros cotistas dentro da universidade. Muito obrigada por tudo, professor. Sem as tuas orientações toda essa construção não seria possível.

*O papel social dos trabalhadores tigras, os cabungueiros.
Os trabalhadores e trabalhadoras negras escravizados e escravizadas
das ruas de Porto Alegre, que no século XIX a sua revelia também
fizeram a história desta cidade, aqueles a quem a história reservou o
papel de fazerem o serviço sujo, sem que por isso eles tenham perdido
a sua humanidade, algo que nunca lhes foi tirado. O que dá razão ao
que os Racionais MC's nos dizem na canção Vida Loka, quando
afirmam: Fé em Deus que ele é justo! Ei, irmão nunca se esqueça, na
guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta. Onde estiver, seja lá como
for, tenha fé porque até no lixão nasce flor.*

José Rivair Macedo

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso surge a partir da experiência construída a partir do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social na Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan. Nesse sentido, este trabalho discute as primeiras práticas de descarte de esgoto no período referente ao século XIX, no município de Porto Alegre. A pesquisa traz para o centro do debate o importante papel dos trabalhadores *Cabungueiros* enquanto executores do trabalho insalubre que se constituiu a partir do transporte e despejo de materiais fecais e águas servidas no Rio Guaíba. Desse modo, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar as configurações do trabalho em uma perspectiva racializada, considerando a questão racial no século XIX, a partir da transição das práticas de asseio à formulação de uma política de saneamento básico, no município de Porto Alegre, com vistas a elucidar como a questão racial estrutura a questão social neste contexto. Os resultados possibilitam destacar os fundamentos da questão racial e social presentes nesse momento histórico, os quais incidiram diretamente na vida dessas pessoas negras que eram vistas e tratadas como “o outro”, o não humano, com respaldo em dinâmicas violentas e coercitivas do município, embasadas por decretos e legislações vigentes a época.

Palavras-chave: Questão Racial. Questão Social. Serviço Social. Trabalho. Trabalhadores *Cabungueiros/Tigreiros*.

ABSTRACT

This end-of-course paper arises from the experience built up during the Compulsory Curricular Supervised Internship in Social Work at Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan. In this sense, this work discusses the first sewage disposal practices in the 19th century, in the municipality of Porto Alegre. The research brings to the center of the debate the important role of the Cabungueiros workers as executors of the unhealthy work that was constituted from the transport and dumping of fecal materials and wastewater into the Guaíba River. The general aim of this research was to analyse the configurations of work from a racialized perspective, considering the racial question in the 19th century, from the transition from cleaning practices to the formulation of a basic sanitation policy in the municipality of Porto Alegre, with a view to elucidating how the racial question structures the social question in this context. The results make it possible to highlight the foundations of the racial and social issue present at this historical moment, which had a direct impact on the lives of these black people who were seen and treated as “the other”, the non-human, backed up by the violent and coercive dynamics of the municipality, based on decrees and legislation in force at the time.

Keywords: Racial Question. Social Question. Social Work. Work. *Cabungueiros/Tigreiros* workers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
3. A NOVA FACE DA ESCRAVIDÃO: ESCRAVIZADAS/OS EM CONTEXTO URBANO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SÉCULO XIX EM PORTO ALEGRE.....	18
4. A PRESENÇA DOS CABUNGUEIROS NAS PRÁTICAS DE TRANSPORTE E DESPEJO DE MATERIAIS FECAIS NA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XIX.....	29
5. DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES AO CÓDIGO DE POSTURAS DE PORTO ALEGRE: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS COERCITIVAS DO MUNICÍPIO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA ESCRAVIZADA E LIVRE.....	43
6. A “QUESTÃO SOCIAL” É NEGRA: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL.....	54
7. À GUISA DE CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	71

1. INTRODUÇÃO

Este estudo surge a partir de minha inserção no estágio obrigatório curricular na Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN-RS). É neste momento de minha trajetória acadêmica que o ponto inicial desta reflexão parte, pois ao estar inserida em um campo que tinha como política pública o Saneamento Básico, as inquietações que constantemente me ocorriam eram sobre as formas de Saneamento existentes e a vontade de compreender quais foram desenvolvidas, sobretudo, durante o período escravista na sociedade brasileira. Dessa forma, ao recorrer aos estudos e produções construídas acerca da questão do Saneamento Básico no contexto brasileiro, constantemente me deparava com engenheiros como Saturnino de Brito, que aparecia como o grande protagonista a partir do desenvolvimento de estratégias que viabilizaram projetos voltados a questão de instalações e encanamentos sanitários em ambientes públicos e privados. Antes disso, os estudos me remetiam ao surto de cólera que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul, no período entre 1855 a 1856. Contudo, nenhuma dessas produções acadêmicas foram capazes de descrever quais eram as situações de mulheres e homens negros escravizados e libertos sob o regime colonial e tampouco o importante papel destas pessoas nas formas de Saneamento existentes a partir do século XIX, sobretudo no município de Porto Alegre. Esse apagamento constante nos artigos, livros, dissertações e teses, contribuíram para fomentar ainda mais os meus questionamentos e desconfortos sobre a parte da história não contada, a parte da história que foi arrancada, onde o meu povo constantemente passou a não existir. Acerca deste processo de não existência, a intelectual negra Grada Kilomba aponta que “[...] este princípio de ausência, no qual algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo [...] o existente passa a ausente e deixa assim de existir”¹ (Kilomba, 2020, p. 12).

A partir deste ponto, abro um pequeno parêntese para destacar as lacunas existentes no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual constantemente operam na manutenção do epistemicídio (Carneiro, 2005) ao não trazer à tona o debate racial durante as disciplinas curriculares em um curso que já possui quinze anos de existência. Com isso, saliento que a inserção dessas questões só adquiriu movimentação a partir do ano de 2019, com a inclusão de uma disciplina eletiva ao currículo, o qual passou a dialogar sobre as questões de raça e gênero. Esta disciplina, não coincidentemente, acabou sendo ministrada pela primeira professora negra do departamento de Serviço Social, que

¹ Este trecho está presente no prefácio para a edição brasileira de “Pele Negra, Máscaras Brancas”, organizado pela editora UBU, no ano de 2020.

adentrou ao corpo docente no mesmo ano em que a disciplina eletiva passou a existir. Essas questões evidenciadas emergem do resultado de constantes mobilizações de estudantes negros inseridos no curso de Serviço Social das respectivas barras de 2017 e 2018. Contudo, mesmo diante de todas as formas de epistemicídio, violências e racismo institucional presentes no curso de Serviço Social, tive toda orientação e suporte da professora Loiva Mara de Oliveira Machado para o desenvolvimento desta pesquisa. Também foi importante o fortalecimento dentro do Coletivo AYA - Grupo de Pesquisa, Extensão e Formação em Relações Étnico-Raciais, desenvolvido também pela professora Loiva. Nesse sentido, os coletivos negros são, a partir da definição de Alisson Ferreira Batista (2016), arquipélagos que unem estudantes negros e cotistas que acabam vivenciando os atravessamentos ocasionados pelo racismo institucional na universidade. Estes espaços servem como ponto de acolhida, fortalecimento e formação em meio a uma instituição que constantemente reafirma que determinados lugares não podem ser ocupados por pessoas negras e periféricas como eu.

Acerca das lacunas encontradas, no final do ano de 2022 fui em busca de professores na área da História que pudessem me indicar algumas referências sobre este o tema desta pesquisa. Neste percurso, tive a oportunidade de encontrar com o professor José Rivair Macedo, que me deu todas as orientações e indicações de obras a fim de fomentar ainda mais esta pesquisa.

Desse modo, a soma dessas parcerias deu tão certo que no ano de 2022 publicamos no livro *Debates Antirracistas: Direitos Humanos e Políticas Sociais*, o capítulo intitulado *Dos negros tigres à política de saneamento: resquícios do processo escravagista na sociedade brasileira*². Já no ano de 2023, publicamos outro trabalho, que viria a compor o livro intitulado *Racismo, Relações de Poder e História Negra em Porto Alegre*, a partir do capítulo denominado como *Dos Trabalhadores Tigres aos Cabungueiros: a presença negra nas formas de asseio da Porto Alegre oitocentista*³. Além dessas publicações, entre os anos de 2022, 2023 e 2024, me matriculei em algumas disciplinas da área da História com o intuito de auxiliar no

² O trabalho citado se encontra no livro “Debates Antirracistas: Direitos Humanos e Políticas Sociais”, publicado no ano de 2022 pela editora Cirkula. O capítulo mencionado se encontra entre as páginas 25 e 29, intitulado como “Dos negros tigres à política de saneamento: resquícios do processo escravagista na sociedade brasileira”. Link para acesso ao livro: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/254105/001162185.pdf?sequence=1>.

³ O segundo trabalho mencionado consta no livro “Racismo, Relações de Poder e História Negra em Porto Alegre” publicado no ano de 2023 e organizado pelo Centro Histórico-cultural da Santa Casa – CHC”. O capítulo pode ser localizado entre as páginas 102 e 121, intitulado “Dos Trabalhadores Tigres aos Cabungueiros: a presença negra nas formas de asseio da Porto Alegre oitocentista”. Link para acesso ao livro: https://drive.google.com/file/d/1EtNFebv7P7dpyHeynEevfDEzeDjnb3Wl/view?fbclid=PAAaYtgubFGGeSWUbg6KrPKfVlXr3F3OE4Zikzn07W70DLwmD_FwqL-9VRmTGg.

desenvolvimento de minha pesquisa. Assim, tive a oportunidade de estar como aluna nas disciplinas de História da África e dos Afro-Brasileiros e no Seminário de História IV, sendo as duas cadeiras lecionadas pelo professor José Rivair Macedo. Também foi possível cursar a disciplina de Seminário de História V, sendo esta desenvolvida pela professora Fernanda Oliveira da Silva.

A partir dessas inserções e de minha imersão no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho⁴ para realizar pesquisa documental, percebi que a própria pesquisa foi me direcionando para um outro caminho, pois se antes o meu problema estava diretamente ligado a área do Saneamento, no âmbito da limpeza pública e privada, a partir do andamento da pesquisa minha aproximação e aprofundamento maior foi com um outro ponto do Saneamento, o sistema de esgotos. Me dediquei a compreender como essas primeiras práticas de esgotamento sanitário da época se organizavam e quais os perfis dos trabalhadores que ficavam encarregados de exercer tal função. Diante do exposto e tendo em vista as questões do racismo colocadas no contexto brasileiro e dentro dos espaços institucionais, esta pesquisa emerge da necessidade de compreender como se configuravam as formas de esgotamento sanitário no município de Porto Alegre durante parte do século XIX, a fim de evidenciar as dinâmicas de organização e contribuição, a partir do trabalho de uma população que foi e ainda é extremamente marginalizada e estigmatizada por conta das configurações do racismo presente em nosso país.

Desenvolvi esta pesquisa objetivando contribuir para a ampliação do debate referente à questão racial no âmbito da formação em Serviço Social e para com as/os Assistentes Sociais inseridas/os enquanto trabalhadoras/es da política de Saneamento Básico no Brasil. Destaco que a partir do movimento inicial de revisão bibliográfica acerca do tema proposto, não foi encontrado em artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses desenvolvidas a partir da área do Serviço Social, produções semelhantes ao que está sendo proposto nesta pesquisa, fato este que contribui para refletirmos sobre as dinâmicas do epistemicídio presentes nesse campo temático tanto no âmbito do Serviço Social, quanto da História. Por fim, saliento que esta pesquisa apresenta relevância científica para a produção acadêmica do Serviço Social, assim como para a sociedade, pois proponho um viés específico e inédito para o campo, que se difere de outras produções a respeito das dinâmicas do racismo em nossa

⁴ O arquivo histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, fica localizado na região leste do município de Porto Alegre/RS. Inaugurado no ano 1988 e vinculado a Secretaria Municipal de Cultura, nele estão armazenados inúmeros acervos documentais referente ao patrimônio histórico da cidade. Desse modo, a pesquisa documental para este trabalho foi realizada de forma presencial no arquivo durante os meses de maio, junho e julho de 2023, sempre no turno da tarde, mediante agendamento prévio via e-mail.

sociedade. Componho assim, o movimento dialético de desvelar os resquícios deixados sob o contexto do período do século XIX, a fim de problematizar as particularidades vivenciadas por uma certa parcela da população que foi extremamente estigmatizada em decorrência do trabalho degradante executado neste período, para que a partir das reflexões apontadas seja possível devolver, por meio dos escritos e registros que encontrei através desta pesquisa, o mínimo de dignidade a esses trabalhadores Cabungueiros que também fizeram a história de Porto Alegre.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo tem por finalidade apresentar como a pesquisa foi desenvolvida. Com isso, tendo em vista a ausência de publicações na área do Serviço Social referente à temática abordada nesta pesquisa, se fez necessário buscar subsídios na área da História, a fim de compreender e analisar as tendências teóricas acerca desta discussão, com vistas a articular e trazer o debate junto à área do Serviço Social, utilizando assim de nossos referenciais teóricos para a ampliação e qualificação da produção científica também nesta área do conhecimento. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, que visa analisar as questões do trabalho em uma perspectiva racializada, considerando a questão racial no século XIX, a partir da transição das práticas de asseio à formulação de uma política de saneamento básico, no município do Porto Alegre, com vistas a elucidar como a questão racial estrutura a questão social neste contexto. Busquei mais especificamente: (1) apreender a emergência da questão racial no contexto do século XIX, na cidade de Porto Alegre, com vistas a sistematizar informações sobre os seus atravessamentos neste período histórico; (2) identificar as legislações vigentes e serviços ofertados quanto às primeiras práticas de asseio no município de Porto Alegre, com o intuito de refletir sobre a incidência dos órgãos públicos e da sociedade quanto às regulações legais desta natureza; (3) conhecer o perfil dos/as trabalhadores/as executores das primeiras práticas de esgotamento sanitário nos espaços privados e públicos, no período do século XIX em Porto Alegre, objetivando uma análise crítica e racializada sobre a categoria trabalho. Com isso, a pesquisa tem em seu núcleo o seguinte problema: Como se configura a categoria trabalho em uma perspectiva racializada, considerando a questão racial desde as práticas de asseio em espaços públicos e privados, no contexto do período escravocrata (século XIX) no município de Porto Alegre, como parte da formulação de uma política de Saneamento Básico?

Em conformidade com o problema de pesquisa, formulei as seguintes questões orientadoras: (1) Como se configura a questão racial na transição do pós-abolição, no contexto do século XIX, na cidade de Porto Alegre?; (2) Quais eram as legislações vigentes no período do século XIX que regulamentavam as práticas de asseio?; (3) Qual o perfil dos trabalhadores que ficavam encarregados de executar as práticas de asseio nos espaços privados e públicos de Porto Alegre?

Desse modo, saliento que a presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória. Gil (2002) aponta esta como sendo a forma de pesquisa em que o pesquisador irá estabelecer uma maior aproximação com o problema, a fim de torná-lo mais aparente. Sendo assim, este trabalho tem como base as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, sob orientação do método materialista histórico-dialético. Este método foi desenvolvido ao longo

da construção da pesquisa, partindo das categorias: Historicidade; Contradição; Trabalho e alienação; Cotidiano e Totalidade.

As categorias estão relacionadas com o contexto de relações sociais, que por sua vez, são relações antagônicas, contraditórias. Portanto, não são um fim em si mesmas, mas devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. [...] São constituídas a partir de um contexto de relações sociais que por sua vez são relações contraditórias, ou seja, as categorias estão historicamente relacionadas com o movimento da sociedade e a todo seu contexto social, político, econômico e ideológico (Oliveira, 1988, p. 80).

Quanto à técnica de pesquisa bibliográfica, para os objetivos propostos neste trabalho, fiz uso do estudo exploratório a fim de se aproximar e compreender de forma mais explícita o problema de pesquisa, utilizando do procedimento técnico, tal como descrito por Gil (2002). Segundo o autor, este tipo de pesquisa é “indispensável nos estudos históricos” (Gil, 2002, p. 45), e dá maior possibilidade de o pesquisador ter uma compreensão ampliada das dimensões que envolvem o seu problema de pesquisa. Com isso, sob o direcionamento dessa técnica de pesquisa, realizei levantamento bibliográfico e obtive como suporte o banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO). Desse modo, utilizei como critério de inclusão as seguintes fontes bibliográficas: (1) artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado em língua portuguesa na área da História publicadas no período de 2003 a 2023. Em contrapartida, foram excluídos: (1) monografias, resumos, anais de congressos, resenhas e (2) artigos, teses e dissertações que não responderam nenhuma das questões orientadoras. Para a busca desses materiais bibliográficos utilizei os seguintes descritores combinados com operadores booleanos: Racismo OR Limpeza Urbana OR Limpeza Pública OR Tigres OR Lixo OR Saneamento Básico OR Século XIX. A utilização dos operadores se deu entre os materiais selecionados. Os uni termos estavam presentes no título, resumo, palavras-chave e em alguns capítulos das produções selecionadas para análise.

Já a técnica de pesquisa documental corresponde ao acesso a fontes que “não receberam nenhum tratamento analítico” (Gil, 2002, p. 88). Realizei esta técnica diretamente por meio de acesso ao Arquivo Histórico Moysés Vellinho, no qual elenquei como critério de análise os objetivos específicos deste estudo. A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos não se substituem ao longo do tempo, tornaram-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (Gil, 2002, p. 46). Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa documental, acessei os documentos disponíveis no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, referentes a questão racial em Porto

Alegre, no século XIX, a saber: (1) Código de posturas policiais de Porto Alegre, no período de 1829 a 1888; (2) Catálogo das ATAS da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825 – 1900); (3) Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, no período de 1766 a 1900; (4) Serviços Públicos de Porto Alegre: Guia de Documentos do Período do Brasil Colônia e Império/Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho. no período de 1772 a 1889.

Com isso, para que fosse possível identificar os dados disponíveis nos documentos mencionados, estabeleci como critério de análise os materiais que tinham no corpo do texto menções referentes aos seguintes descritores: negros; escravos; libertos; pretos; materiais fecais; despejos; águas servidas, considerando as terminologias utilizadas no período. A partir disso, o objetivo foi analisar nestes documentos, a luz das seguintes questões: (1) O que era permitido em cada um dos documentos oficiais do município referente às práticas de asseio?; (2) O que e a quem era vedado/proibido as questões que envolviam as práticas de asseio em Porto Alegre?; (3) Que tipo de penalidades eram previstas caso houvesse o descumprimento do que estava normatizado? E a quem cabia estas penalidades?

Diante desse contexto, o procedimento de análise dos dados da pesquisa bibliográfica e documental compreendeu as seguintes fases: (1) Levantamento bibliográfico nas bases de dados previamente selecionadas; (2) Levantamento documental nas bases de dados virtual e presencial no Arquivo Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho; (3) leitura do corpus de artigos, dissertações e tese que atenderam aos critérios de inclusão; (4) leitura do corpus de documentos encontrados do arquivo que responderam as questões orientadoras da pesquisa; (5) organização do material em pastas do drive; (6) aplicação do instrumento de coleta de dados (quadro síntese); (7) análise de conteúdo através da técnica de categorização, com base em Laurence Bardin (2016); (8) elaboração textual dos resultados encontrados, organizados em capítulos, com a finalidade de sintetizar o conteúdo.

Após as buscas nas bases de dados dos artigos, dissertações e teses previamente selecionados, os resultados da aplicação dos descritores foram os seguintes: Artigos: (n=18); Dissertações: (n= 9) e Teses (n=3), totalizando um número de 30 registros. Depois da aplicação dos critérios previamente definidos com base nos títulos e resumos, foram excluídos 10 artigos, 3 dissertações e 1 tese. As exclusões ocorreram porque: a) Os trabalhos não eram da área da História; b) Os trabalhos não tinham relação com o tema; c) Os trabalhos estavam fora do marco temporal definido para a pesquisa. Por fim, após leitura na íntegra dos artigos, e de alguns capítulos de dissertações e teses relacionados às questões orientadoras, 4 artigos e 2 dissertações foram excluídas. O critério utilizado também foi o de que os trabalhos que não respondiam às questões orientadoras seriam excluídos.

Já para a busca de dados nos documentos do Arquivo Municipal, tendo como base estudo preliminar, não houve necessidade de utilizar critérios de exclusão, pois fui direto às fontes que contemplavam as questões orientadoras, sendo elas: (1) Código de posturas policiais de Porto Alegre, no período de 1829 a 1888; (2) Catálogo das ATAS da Câmara de Vereadores de Porto Alegre - 1825 –1900; (3) Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, no período de 1766 a 1900; (4) Serviços Públicos de Porto Alegre: Guia de Documentos do Período do Brasil Colônia e Império/Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho. no período de 1772 a 1889. Assim, tendo acesso a esses documentos, retirei os extratos que apresentavam os descritores estabelecidos, atendendo também as questões orientadoras. Portanto, o corpus analítico desta revisão é construído pela seleção e análise de 4 artigos; 4 dissertações; 2 teses e 4 arquivos documentais. Acerca da metodologia desenvolvida e da proposta deste estudo, afirmo que não foi necessária a submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética, visto que não utilizei procedimentos e técnicas com seres humanos, e/ou materiais de ordem sigilosa. Com isso, obtive como suporte para este estudo documentos de cunho público como leis e decretos do século XIX, artigos científicos, dissertações e teses.

Assim, a pesquisa teve como proposta discorrer sobre o acúmulo do estudo efetuado, objetivando colaborar com pesquisas e construções já existentes acerca das questões que envolvem o racismo e o Saneamento Básico, sobretudo, a partir de reflexões que abordam a presença dos negros Cabungeiros e as primeiras práticas de esgotamento sanitário na Porto Alegre oitocentista. Além disso, destaco o meu compromisso ético com este estudo, tendo em vista a compreensão referente à socialização e devolutiva dos dados adquiridos por meio da pesquisa, que a partir da publicação deste Trabalho de Conclusão de Curso que será disponibilizado a todas e todos em rede de domínio público. Por fim, saliento que os resultados obtidos nesta pesquisa estão organizados por meio de quatro capítulos expostos neste estudo.

3. A NOVA FACE DA ESCRAVIDÃO: ESCRAVIZADAS/OS EM CONTEXTO URBANO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SÉCULO XIX EM PORTO ALEGRE

A escravidão no contexto brasileiro foi um dos processos mais brutais e violentos que a sociedade já atravessou, sob o jugo do racismo, elemento que foi usado como argumento para justificar de forma arbitrária o sequestro de homens, mulheres e crianças vindas de África para serem superexplorados em seus corpos, tratados enquanto mercadorias e ainda expostos a condições precárias e insalubres para a sua existência. Dessa forma, o antropólogo Kabengele Munanga (2009) salienta que a partir do dito “descobrimento da América”, havia a necessidade por parte dos colonizadores de angariar pessoas a fim de trabalhar sob essas terras descobertas. Neste contexto, o Continente Africano tornou-se território propício aos colonizadores e seus objetivos de saquear riquezas e capturar mão de obra barata.

[...] o tráfico moderno dos escravizados negros tornou-se uma necessidade econômica antes da aparição da máquina (Revolução Industrial). Essas novas relações técnicas estendem ao plano social o binômio senhor-escravizados (Munanga, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a Assistente Social Daniela Ferrugem irá destacar em sua tese de doutoramento que este crime bárbaro e violento perdurou por mais de três séculos aqui no Brasil, “[...] período em que o país recebeu 5 milhões de pessoas escravizadas, cerca de 40% do total de 12,5 milhões de pessoas escravizadas e embarcadas para a América” (Ferrugem, 2022, p. 20). Sendo ainda um dos últimos países a abolir a escravidão. Dentro deste contexto de sequestro, violação e exploração da força de trabalho, a também Assistente Social Débora Ramos, irá acrescentar que:

A partir de novas demandas para o modelo de acumulação vigente, estratégias foram desenvolvidas para a dominação do africano que, sequestrado de seu continente, foi forçado a erguer os pilares da civilização brasileira como a conhecemos atualmente [...] o racismo enquanto discurso ideológico foi apropriado pela civilização portuguesa – assumida como uma ramificação do mundo europeu e reprodutora do pensamento ocidental que já tomava grandes proporções deste então –, de tal modo que esta se preocupou em expandir seu discurso e intensificá-lo para assegurar a validade do uso daqueles corpos negros enquanto mercadorias, na consequente submissão destes às condições bárbaras (Ramos, 2019, p. 19).

Em diálogo com as contribuições de Ramos (2019), destaco também o importante trabalho do intelectual Clóvis Moura, que a partir de sua obra intitulada *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994), nos apresenta uma ampla pesquisa acerca do processo de escravização no Brasil, tendo como base para a sua análise as questões sociais, demográficas, econômicas, culturais e políticas que demarcam este terrível cenário em duas fases diferentes, permitindo assim compreender as transformações, os conflitos e as contradições dentro deste sistema.

Assim, esses dois momentos elencados por Clóvis Moura estão classificados como o período do escravismo pleno, datado entre os anos de 1550 e 1850, o qual se implementou a partir do processo de dominação absoluta dos senhores sobre negras e negros escravizados. Logo, esta fase também foi caracterizada pelas manifestações de resistência das pessoas que eram expostas a essa condição, a partir das situações de revoltas, fugas e construções de quilombos. Já o período do escravismo tardio, entre os anos de 1851 até 1888, foi atravessado pela implementação da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia o tráfico de negras e negros vindos de África. Com o surgimento dessa lei, houve a escassez dessa mão de obra contribuindo para o aumento do valor dos escravizados de forma significativa. Assim, as elites da época se valeram desses investimentos oriundos do tráfico de africanos escravizados para se criar subsídios ao desenvolvimento de relações capitalistas. A partir desse sistema, como aponta a professora Márcia Eurico, “há o imbricamento rápido e acentuado das relações capitalistas com a estrutura escravista para garantir o controle dos grupos dominantes” (Eurico, 2011, p. 26). É a partir dessa transição do escravismo pleno para o escravismo tardio, que amplio o olhar para a Porto Alegre do século XIX, localizada na província do Rio Grande do Sul, buscando compreender como se caracterizava a escravização no ambiente urbano deste município. Com isso, a geógrafa negra Daniele Machado Vieira irá descrever em sua obra intitulada Territórios Negros em Porto Alegre / RS (1800-1970), que a Porto Alegre do século XIX já apresentava muitas habitantes negras e negros na cidade.

[...] em 1814 quase metade dos habitantes da cidade eram negros: do total de 6111 habitantes 2900 pessoas eram negras, sendo 588 livres (20%) e 2312 escravizadas (80%) (idem). Em 1858, o grupo negro representa 30% do conjunto da população, ou seja, para cada dois brancos havia um negro (Vieira, 2021 p. 96).

Acerca dos dados apresentados, a autora ainda destaca que essa população negra estava concentrada na região central da cidade, evidenciada como o principal reduto urbano daquele período, onde:

Ao longo do século XIX, a presença negra é identificada em diversas faces da vida urbana. Nesta época a população negra estava concentrada no espaço central ou nas suas bordas, como a Rua Avai (limite com a Cidade Baixa). As territorialidades negras caracterizam-se pelas negras minas quitadeiras, pelos ervateiros, pelos diversos batuques, pela Irmandade do Rosário e suas atividades ligadas ao catolicismo, pelos trabalhadores que exerciam ofícios diversos, essenciais ao funcionamento da cidade (Vieira, 2021, p. 96).

No que diz respeito às características e relações do trabalho exercido por mulheres e homens negras e negros inseridos neste contexto, iremos encontrar uma ampla variedade de

funções realizadas por essas/esses trabalhadoras/es⁵ tanto no âmbito público, quanto nos espaços privados da cidade de Porto Alegre do século XIX. Dessa forma, em sua obra intitulada *Calabouço Urbano*, Valéria Zanetti (2002) irá salientar que esta capital, assim como tantas outras neste país, foi extremamente dependente do trabalho de escravizados, de tal maneira que a presença dessas/es trabalhadoras/es era expressa tanto nas residências das elites dominantes da época, quanto nas casas das pessoas mais pobres, havendo pelo menos um ou dois escravizados a disposição para a prestação dos mais variados serviços. A partir dessa relação de exploração da força de trabalho, a intelectual Belardinelli (2009) aponta a existência de escravizadas/os que exerciam as atividades nas residências de seus senhores e não recebiam nenhum tipo de valor pelo trabalho prestado, escravizadas/os que eram alugados para terceiros e que também não recebiam uma contrapartida pelo seu trabalho, escravizadas/os ao ganho que recebiam uma parte do valor pelo trabalho exercido, e também as/os poucas/os escravizadas/os na condição de libertas/os que recebiam pelos serviços prestados. Dentro dessas configurações, observa-se que não havia uma posição cristalizada, no sentido de que poderiam haver escravizadas/os domésticas/os e/ou alugadas/os colocadas/os pelos seus senhores no trabalho de ganho, e assim ocupando essas duas categorias. Como também, pretos e pretas libertas/os que acabavam desempenhando mais de uma função entre o âmbito da casa e da rua. Desse modo, compreendo que nesse processo de coisificação das relações⁶ e superexploração do trabalho⁷, o que de fato permanecia fixo e estabelecido era como negras e negros eram vistas/os neste espaço em que eram expostas/os e tratadas/os como meras mercadorias pela sociedade da época.

A partir das categorias apresentadas, é possível observar a presença de escravizadas/os domésticas/os que executavam os serviços relacionados ao cuidado no âmbito privado das residências que também acaba perpassando o âmbito público da cidade, como: passar, transportar trouxas de roupas para lavar, realizar a compra dos gêneros alimentícios para a

⁵ Observa-se que o reconhecimento de trabalhador e trabalhadora não era designado às pessoas escravizadas, uma vez que estas eram apenas propriedade de seus senhores, e eram vistas como seres animalizados, portanto, destituídas de humanidade, pertencimento social, político e econômico na sociedade da época.

⁶ Karl Marx (1867) em sua obra intitulada *O Capital - Volume I*, a partir da seção 4 denominada como: *O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo*, desenvolve importantes análises acerca das questões relacionadas ao processo de mercadorização e coisificação dos corpos. Onde atenta para o fato de que em uma sociedade capitalista, exatamente tudo vira mercadoria para a obtenção do lucro, e conseqüentemente os seres humanos acabam sendo colocados e tratados enquanto objetos. Contudo, a partir dos estudos realizados, observo que esta lógica destacada por Marx em seus estudos, já era uma dinâmica vivenciada por negros e negras na condição de escravizados desde o período colonial.

⁷ O marxista Ruy Mauro Marini (1972) irá definir este processo de superexploração a partir de três mecanismos: extensão da jornada de trabalho; aumento da intensidade do trabalho; e redução do consumo dos trabalhadores. Como resultado, esses processo irão causar formas de exploração ainda mais violentas, contribuindo assim para o esgotamento precoce desses trabalhadores, como também, a deterioração de suas próprias condições de vida.

produção das refeições, bordar, servir de acompanhante durante os passeios de seus senhores, buscar água, transportar e despejar os baldes com as imundices das casas. Dentro dessas características do trabalho doméstico, encontro na Porto Alegre oitocentista a presença das Amas de Leite. Essas mulheres eram requisitadas a fim de executar a função de amamentar os filhos dos senhores, como também, cumprir todas as funções relacionadas ao cuidado da criança, substituindo assim o papel dos pais no processo de criação e desenvolvimento de seus próprios filhos, sobretudo o papel da mãe. A partir deste contexto, tendo como foco principal o papel dessas mulheres negras na prestação deste serviço, a intelectual brasileira Lélia Gonzalez irá tecer em seu artigo denominado Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, importantes reflexões acerca desse processo:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. [...] Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (Gonzalez, 1983, p. 230-235).

Desse modo, na cidade de Porto Alegre do século XIX é percebido fortemente a presença dessas mulheres nos serviços prestados à Casa dos Expostos, localizada dentro do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre⁸. O Hospital surge com o objetivo de acolher e prestar serviços médicos aos enfermos da época, principalmente aos militares. Já a Casa dos Expostos foi um espaço criado pela Câmara Municipal de Porto Alegre, no ano de 1838, que tinha a responsabilidade de acolher e prestar os cuidados às crianças que eram abandonadas na cidade. Nesse sentido, compreende-se que a Roda dos Expostos, tendo como referência os confinatórios católicos da Europa, foi um instrumento utilizado pela Casa, constituído por “[...] um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os expostos, sem que quem os deixasse pudesse ser visto de dentro” (Zanetti, 2002, p. 94). Como as crianças eram recém-nascidas, uma das únicas alternativas encontradas para alimentá-las era através do trabalho das Amas de Leite, as quais em muitos casos eram vendidas ou alugadas de seus proprietários para a instituição. A partir das documentações utilizadas para a pesquisa,

⁸ O Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre teve início de sua construção na cidade no ano de 1803, sob a coordenação do também governador da Província do Rio Grande do Sul, brigadeiro Francisco João Róscio. A partir disso, evidencia-se que as obras do hospital só foram concluídas no mês de janeiro de 1826, quando a instituição passou a receber seus primeiros pacientes para internação (Zanetti, 2002).

encontrei uma série de violências que atravessavam os corpos dessas mulheres negras, e que acabavam se interseccionando em uma dupla opressão a partir das questões relacionadas ao racismo e ao sexismo. Através dessas evidências, observo que nos anúncios publicados nos jornais da época direcionados à “aluga-se ou vende-se uma preta”, se exigiam Amas de Leite de boa aparência, com boa saúde física, jovens, solteiras e de pouco tempo de leite, em sua grande maioria sem crias⁹. O valor da contrapartida pela locação ou compra dessas Amas ficava ainda maior sem a presença de suas crianças. Assim, para que fosse possível a locação ou venda dessas escravizadas por um valor mais alto pelos seus senhores, essas mulheres eram submetidas a largar seus próprios filhos na Roda dos Expostos. Tendo em vista essa situação, não é de se surpreender que a partir dessa relação cruel de exploração do trabalho, essas Amas de Leite além de amamentar as inúmeras crianças acolhidas na Casa dos Expostos, também acabavam por amamentar os seus próprios filhos sem ao menos saber. Paralelo a isso, outra característica de trabalho presente na cidade, era através das/os escravizadas/os denominadas/os de ganho, ao ganho ou ganhadeiras/os. Estas/es poderiam ser propriedade dos próprios senhores, alugadas/os a terceiros ou até mesmo livres. Segundo a autora Valéria Zanetti, o meio urbano desta cidade dependia quase exclusivamente do trabalho dos escravizados de ganho.

Era comum encontrar, nas artérias urbanas, cativos prestando serviços manuais contratados por terceiros aos seus amos (negros de aluguel) ou por eles mesmos (negros de ganho). Em Porto Alegre, encontramos todas essas formas de trabalho que caracterizam o escravismo urbano (Zanetti, 2002, p. 69).

Na condição de ganhadeiros, essas/es trabalhadoras/es executavam as suas atividades no âmbito público da cidade. É possível encontrar nos estudos desenvolvidos pelo intelectual Marcelo Roberto Andrade Augusti, em seu artigo datado de 2009, *O Andar a pé como fator de distinção social no Brasil do século XIX* (Augusti, 2019), que a rua neste contexto aparecerá como um ambiente perigoso, sujo e violento, onde quem habitava eram essas pessoas entendidas como o outro, o não humano. Sobre esta reflexão de que esses corpos eram lidos e tratados como objeto, a intelectual Sueli Carneiro irá enfatizar em sua tese de doutorado de 2005, que tem como título: *A Construção Do Outro Como Não-Ser Como Fundamento Do Ser* (Carneiro, 2005), essa concepção do outro, este corpo negro visto como sem humanidade construído no imaginário racista de pessoas brancas:

[...] consiste no seu deslocamento para uma alteridade que a institui como a dimensão do não-ser do humano. Se o Outro é aquele através do qual o eu me constituo, o Outrem será aquele intrinsecamente negado pelo ser, o limite de alteridade que o ser concede reconhecer e se espelhar. De que nos serviria essa

⁹ Estas denominações são encontradas e expressas nos anúncios de jornais da época, ao se referir aos filhos dessas mulheres negras.

distinção? Para compreender pactos em que houve oportunidade para que algum e qualquer Outro, pudesse ser incluído na sociedade brasileira, e que recorrentemente o negro é rejeitado, situação da qual a nossa história é preñe de exemplos (Carneiro, 2005, p. 27).

Diante do exposto, compreende-se que essas pessoas que transitavam nos espaços públicos das ruas da cidade de Porto Alegre, irão ser vistas pela sociedade da época sob um viés estigmatizado. Tanto que este espaço da rua frequentado por esses grupos marginalizados, irá ser considerado como um local infame (Augusti, 2019). Ao realizar uma busca no dicionário brasileiro, percebo que a palavra infame estará diretamente associada a formas de evidenciar características negativas de determinada pessoa. Assim, a palavra denomina aquele ou aquela que está desonrada/o, desacreditada/o, também considerada/o vil, desprezível, ao ponto de causar repulsa, desprezo, ou ferir a sensibilidade ou senso estético. Logo, é notório que as pessoas que pelas ruas transitavam além de ser estigmatizadas, acabavam também sendo marginalizadas perante a sociedade, por conta do lugar que ocupavam neste contexto e das práticas de trabalho que exerciam na cidade. Ao passo que, ao mesmo tempo que a sociedade da época insistia em excluir e violentar essas pessoas na condição de escravizadas, também necessitavam de forma dependente da força de trabalho de escravizadas/os de ganho, pois foi sob o trabalho dessas pessoas que esta cidade, assim como tantas outras escravocratas deste país, se estabeleceu e se desenvolveu.

Nessa configuração de escravizadas/os de ganho, observo em Porto Alegre o importante papel das quitandeiras, que praticamente abasteciam a cidade com os mais variados gêneros alimentícios. Dentre essas trabalhadoras, percebe-se a presença predominante do grupo étnico oriundo da Costa da Mina, popularmente conhecidas aqui como pretas minas¹⁰, essas mulheres ficavam responsáveis por produzir e comercializar doces e quitutes, como também, uma ampla variedade de alimentos. Sobre essas mulheres quitandeiras denominadas como pretas minas, Daniele Vieira irá destacar a partir de sua pesquisa que há a presença dessas mulheres:

[...] comercializando uma variada gama de gêneros alimentícios: frutas, doces, canjica, mocotó, verduras, amendoim torrado, pés de moleque, farinha de cachorro. Este comércio era realizado em diversos pontos da cidade, indicando a forte presença negra feminina no setor alimentício. Essas mulheres, certamente exímias quituteiras, ofertavam sua mercadoria no mercado, em frente às suas residências, na porta das tabernas ou pelas ruas, de casa em casa, abastecendo a cidade [...] (Vieira, 2021, p. 99).

A partir disso, identifico que essas mulheres pretas quitandeiras se organizavam para o trabalho no Largo da Quitanda, hoje denominada como Praça da Alfândega, este espaço foi o

¹⁰ O nome faz referência à população africana vinda da Costa da Mina, localizada no Golfo da Guiné.

“primeiro mercado para comércio de gêneros alimentícios. Esse mercado era uma feira ao ar livre, com barracas e vendedores ambulantes espalhados pela atual Praça da Alfândega. (Vieira, 2021, p. 51). Tendo em vista as informações extraídas a partir da pesquisa bibliográfica, localizei alguns perfis de ganhadeiras nesse espaço da praça, onde algumas trabalhadoras permaneciam como ganhadeiras fixas, atendendo em suas barracas. A Câmara Municipal exigia uma autorização e cobrança de taxa para a utilização do espaço. Havia também as trabalhadoras ambulantes, que não tinham a autorização da Câmara para permanecer em um local fixo da praça, fazendo com que elas tivessem que transitar nesse espaço e fazer o porta a porta nas residências para a oferta e venda dos produtos alimentícios. Dentro desta categoria, como já descrevi anteriormente, era necessário que essas trabalhadoras, ao final do dia, entregassem parte do valor do lucro obtido para os seus senhores. Sobre isto, a historiadora Belardinelli irá destacar que “O pouco que sobrava depois de entregar o soldo para o senhor, servia de forma de sustento. Esses valores relacionam somente as necessidades alimentares desses sujeitos [...]” (Belardinelli, 2009, p. 25). Dentro deste contexto, também foi possível encontrar neste município a presença de escravizadas ao ganho na condição de lavadeiras. O trabalho das lavadeiras era constituído pela lavagem de roupas de seus senhores. Para tanto, elas necessitavam retirar e transportar as trouxas de roupas das residências até os territórios onde havia a existência de algumas bicas d’água, chegando lá havia ainda um minucioso trabalho de separação das roupas para o processo de lavagem. Acerca deste importante trabalho executado pelas lavadeiras na cidade de Porto Alegre, Daniela Vieira irá acrescentar que:

O Mont’Serrat era conhecido como um bairro de lavadeiras. Os antigos moradores relatam a existência de diversas bicas d’água espalhadas pelas ruas do bairro. Próximo às bicas, acumulavam-se as tinas de lavar roupas, nas quais as mulheres exerciam o ofício, passado de geração em geração (Vieira, 2021, p. 188).

Paralelo ao bairro das lavadeiras, também encontro na tese de doutorado de Fabiano Quadros Rückert, sobre o Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930), que essas mulheres no contexto de trabalho ao ganho também prestavam serviços ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Assim, elas ficam responsáveis pela lavagem das roupas dos pacientes enfermos, utilizando alguns pontos do rio Guaíba destinados a essas práticas. Ainda neste contexto dos trabalhadores e das formas de trabalho escravizado presente na Porto Alegre oitocentista, apresento neste momento a categoria dos negros carregadores. Logo, negros e negras nessas condições de trabalho tinham a tarefa de carregar e transportar os mais variados tipos de carga:

Esses negros transportavam desde pequenos e leves pacotes até grandes e pesados volumes. Os negros carregadores ou cangueiros eram vistos nas alfândegas, nos mercados e nos portos, carregando as mais diversas mercadorias ou a espera do que e de quem precisasse ser transportado (Zanetti, 2002, p. 71).

Desse modo, para a execução dessas atividades, analiso através dos documentos da época que essas pessoas poderiam estar vinculadas dentro das configurações de escravizados domésticos, de aluguel ou até mesmo ao ganho, realizando essas práticas sempre no âmbito da rua, nos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. Sendo utilizados como carregadores de mercadorias e até mesmo como meio de transporte a fim de conduzir pessoas pela cidade, percebe-se que esses escravizados geravam grandes lucros aos seus proprietários (Terra, 2007), tanto que havia certas resistências à inclusão de qualquer outro meio de transporte a época que pudesse vir a substituir essa força de trabalho. Nesse sentido, nos estudos realizados para esta pesquisa, observo alguns autores que dialogam sobre a existência de certas hierarquias entre esses carregadores, relacionadas e enquadradas a partir do tipo de carga que cada um ficava responsável por transportar pela cidade. Assim como afirma a historiadora Valéria Zanetti:

[...] nem todos os negros carregadores podiam ser enquadrados no mesmo nível, pois diferenciavam-se pelos produtos que transportavam, possuindo maior ou menos status. Nesse sentido, o negro carregador de palanquins ou cadeirinhas, pelo valor da mercadoria transportada, ocupava o ápice da hierarquia, entre os negros carregadores (Zanetti, 2002, p. 72).

Dessa forma, os negros carregadores responsáveis por transportar pessoas em cadeirinhas de arruar ou cadeirinhas de ir à rua¹¹ lideravam o topo desta hierarquia. Logo, esses trabalhadores nessas condições serviam como uma espécie de adereço de seus senhores, estes que queriam aparecer no âmbito da rua manifestando superioridade e prestígio, com o objetivo de demarcar território também no espaço público com os seus passeios ao ar livre. Dentro deste contexto, o espaço da rua aparece muito presente, e como já apontei anteriormente, este território público era extremamente marginalizado por conta dos corpos negros que por esse espaço ocupavam, atrelado a prática da caminhada como um dos meios utilizados para execução desse trabalho. Contudo, ainda que negros e negras utilizassem desse espaço diariamente na busca de sobrevivência, as ruas “[...] ainda não apresentavam, nas primeiras décadas do século XIX, condições ideais para que as pessoas da alta classe pudessem caminhar com o mínimo de segurança e conforto” (Augusti, 2019, p. 416).

¹¹ No site do Museu Histórico Nacional é possível visualizar algumas imagens das Cadeirinhas de Arruar. Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/cadeirinha-de-arruar-3/>. Acesso em 02 out. 2024. Com isso, também destaco que há um modelo de Cadeirinha de Arruar exposta no Museu de História Júlio de Castilhos, localizado no centro histórico de Porto Alegre.

Desse modo, será a partir dessa justificativa que as/os senhoras/es de escravizadas/os irão sustentar o uso desse transporte na cidade, pois como traz Weimer em seus estudos, sobre as ruas de Porto Alegre.

[...] além do mau cheiro emanado dos depósitos do lixo e das poças d'água das ruas, elas serviam ao quase exclusivo trânsito de escravos, onde o senhorio branco era carregado em cadeirinhas, para não precisar pisar em terreno minado (Weimer, 2021, p. 56).

Além disso, para a execução deste trabalho especificamente, pode ser observado um público ocupado majoritariamente por homens, tanto que os anúncios de jornais da época exigiam carregadores para Cadeirinhas de Arruar do gênero masculino, altos, de boa saúde física e com menos de 40 anos de idade. Para tanto, esses trabalhadores pretos na condição de escravizados ou libertos, que tinham a incumbência de transportar os seus senhores a partir do carregamento dessas cadeirinhas pelas ruas da cidade, ainda tinham que utilizar vestimentas específicas para desempenhar esta tarefa. Logo, pude também analisar que essas pessoas tinham que fazer uso de chapéu e luvas, como também, vestir roupas mais sofisticadas, concedidas pelos seus senhores. Tudo isso, para evidenciar a sociedade o quanto de riqueza essa/e nobre senhora ou senhor tinha acumulado, ao sair para um passeio pelas ruas da cidade ostentando os seus inúmeros escravizados bem-vestidos e portando o meio de locomoção mais requisitado do século XIX entre as/os senhoras/es de escravizados. Atrelado a essas questões presentes na sociedade da época, Marcelo Roberto Andrade Augusti nos convoca a refletir sobre as

[...] generalidades inerentes ao ser humano, a mudança, a diferenciação e a separação entre os antagonismos (rico/pobre, aristocrata/ escravo, trabalho/lazer). Assim, no recorte histórico considerado, caminhar tornou-se um gesto de distinção social, cujo julgamento dependia de quem eram os sujeitos caminhando, em que lugares transitavam e por que o faziam (Augusti, 2019, p. 409).

Paralelo a isso, um dos pontos que me faz pensar acerca deste trabalho, é que independente desta falsa hierarquia social que ocupavam, e dos trajes bem alinhados que vestiam para desempenhar esta função, em contraponto era proibido a todos esses trabalhadores carregadores fazerem uso de calçados, para que assim andassem a pé e somente descalços pelas ruas da cidade. Dentro desse contexto de dominação, “[...] entende-se que a representação social se tornava uma exigência cotidiana, assentada em códigos e sinais que permitissem discriminar ou identificar a condição social ostentada” (Augusti, 2019, p. 416). Nesse sentido, observo dentro dessas dinâmicas de relação entre senhoras/es e escravizadas/os, elementos presentes de distinção social e racial utilizados como instrumentos de violência e exclusão, com o objetivo de lembrar essas pessoas sobre as condições que a

elas eram estabelecidas dentro desse contexto de escravização. Além dos carregadores de Cadeiras, encontro por meio da pesquisa negros e negras responsáveis pelo abastecimento de água potável na cidade de Porto Alegre até o final do século XIX, denominados como Aguadeiros ou Pipeiros. Neste município a questão da água sempre foi uma constante, pois em seus primeiros anos a população da cidade utilizava as águas do rio Guaíba para consumo, porém com o advento do crescimento dessa população paralelo as formas impróprias de utilização do rio e sem medidas da Câmara a fim de manter a limpeza das águas, acabou resultando na poluição do Guaíba, ficando assim impróprio para consumo. Diante disso, evidencia-se apenas no ano de 1779, (Zanetti, 2002) iniciativas da Câmara municipal para construção de fontes públicas, denominadas também como chafarizes. Com o passar dos anos, a partir do aumento significativo da população em Porto Alegre, havia a necessidade de mais fontes de água para a cidade, assim, “em 1858, o presidente da província iniciou a construção de outro depósito de água potável junto à nova praça do Arsenal. Esse chafariz já havia sido prometido à população de Porto Alegre desde 1820” (Zanetti, 2002, p. 74). Tendo a cidade quatro chafarizes públicos para o abastecimento de água potável, aos Pipeiros e Aguadeiros, na condição de escravizados domésticos, ficava a tarefa de se direcionar até esses locais com o objetivo de encher os barris que levavam, para assim fornecer aos seus senhores água potável em suas residências. Já sobre esses mesmos trabalhadores escravizados na condição de ganho ou até mesmo de aluguel, encontraremos a sua presença documentada na venda desses barris com água de porta em porta pela cidade de Porto Alegre, no século XIX. Valéria Zanetti (2002) em seus estudos nos apresenta que:

Coruja descreveu a figura de um famoso aguadeiro que viveu na capital nos inícios do século XIX. O “Pau Achio”, como era chamado pela população, “era um preto alto, de voz grossa, que vivia de vender água; acudiam os fregueses a chamá-lo, quando nas esquinas das ruas ou no meio delas, com a sua sonora voz de fora baixo, cantava as seguintes coplas: Dindim, dindim, dindim, no dia do mar feio. Dindim, dindim, dindim. Ardeu o Pau Achio (Zanetti, 2002, p. 75).

Com base nas construções destacadas, observo que todos esses trabalhadores escravizados, tendo a incumbência de carregar e transportar os mais diferentes tipos de mercadorias e pessoas, independente do volume ou peso que continham, manuseavam essas cargas diretamente sob os seus ombros e cabeças. Se pode constatar que os danos causados pelas práticas desse trabalho ao corpo físico desses carregadores era um fator bastante presente à época, tanto que:

Nos anúncios de fuga, os carregadores eram normalmente detalhados com grandes entradas na cabeça e sinais de carregar volume pesado, além de quebrado. O ofício de carregador não era exclusividade dos cativos de sexo masculino. Também as mulheres faziam esse tipo de serviço. Em anúncios de fugas, muitas delas foram igualmente retratadas com defeitos profundos na cabeça por terem carregado

pesados barris de água e outros objetos. Essas deformações nas cabeças apareciam também nas negras quitandeiras (Zanetti, 2002, p. 76).

Compreende-se assim, que este trabalho dependia e demandava de total esforço físico desses trabalhadores, fator que prejudicava a integridade física desses corpos, ao mesmo tempo que acabava por contribuir para a manifestação de inúmeras doenças, e em paralelo colaborar para a diminuição da expectativa de vida dessas pessoas dentro deste sistema escravocrata, que passavam a apresentar “uma vida útil de no máximo dez anos” (Zanetti, 2002, p. 71). Não bastasse todos esses elementos de marginalização e exploração da força de trabalho, destaco por fim a presença do grupo de trabalhadores escravizados negros que compunham a base dessa dita hierarquização, ocupando as condições de trabalho mais insalubres e humilhantes da cidade, onde “dentre todos os tipos de carregadores, o cativo que se ocupava com o barril de lixo de excremento - o tigre ou cabungo - encarregava-se do mais vil dos serviços” (Zanetti, 2002, p 72). Diante desse contexto, é a partir da presença desses trabalhadores e das contribuições de seu trabalho para a cidade de Porto Alegre no século XIX, que discorro neste próximo capítulo.

4. A PRESENÇA DOS CABUNGUEIROS NAS PRÁTICAS DE TRANSPORTE E DESPEJO DE MATERIAIS FECAIS NA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XIX

Para que seja possível adentrar nas concepções sobre o perfil desses trabalhadores e as suas práticas de trabalho escravizado dentro deste período, antes se faz necessário contextualizar de forma breve sobre como as primeiras noções de Saneamento, ainda não instituídas como política pública¹², estavam sendo organizadas na cidade de Porto Alegre no século XIX. Desse modo, tendo como base os estudos de Vladimir Ávila, a partir de sua dissertação de mestrado denominada Saberes Históricos e Práticas Cotidianas sobre o Saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900), identifico que o Saneamento estava caracterizado a partir da precariedade dos serviços ofertados para a coleta do lixo, dos problemas relacionados a poluição das águas para consumo e da falta de um sistema de esgoto. No que pese a questão da limpeza, a cidade de Porto Alegre assim como tantas outras daquele período, era considerada uma cidade extremamente suja em decorrência dos inúmeros descartes irregulares de lixo em vias públicas, ocasionando odores excessivos, além da falta de iluminação e pavimentação das ruas que completavam o quadro estrutural da cidade à época.

Nos estudos relacionados a esta situação da insalubridade da cidade, compreendo que era uma problemática recorrente, que mobilizava a população, os meios de comunicação da época, como também, os parlamentares que ocuparam a Câmara de Vereadores. Nesse sentido, a instituição responsável por organizar os serviços relacionados à limpeza dos espaços públicos, descartes e despejo do lixo, este último compreendido aqui como resíduos sólidos, era a Câmara Municipal de Porto Alegre. Desse modo, Ávila (2010) irá destacar que essas demandas acabaram se tornando serviços prestados pelo poder público municipal, a partir do ano de 1828, com o surgimento do primeiro Regulamento Brasileiro para o Funcionamento das Câmaras Municipais:

[...] que estabelecia as seguintes atribuições a este poder público: Alinhamento, limpeza, iluminação, desembaraço das ruas, estradas e praças conservação e reparo das muralhas, edificios, escavações e precipícios, prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes ou para decoração e ornamento das povoações, cemitérios fora dos recintos dos templos, esgotamento de pântanos e de qualquer estagnação de águas, infectas; sob a economia e asseio de currais, matadouros

¹² Parte-se da concepção de que as Políticas de Seguridade Social são concebidas na ordem capitalista como o resultado de disputas políticas e, nessa arena de conflitos, as políticas sociais, resultantes das lutas e conquistas das classes trabalhadoras, assumem caráter contraditório, podendo incorporar as demandas do trabalho e impor limites, ainda que parciais, à economia política do capital. Nessa perspectiva, ao garantir direitos sociais, as políticas sociais podem contribuir para melhorar as condições de vida e trabalho das classes que vivem do seu trabalho, ainda que não possam alterar estruturalmente o capitalismo (CFESS, 2010).

públicos, curtumes, depósitos de lixo, tudo quanto pudesse alterar e corromper a salubridade da atmosfera (Ávila, 2010, p. 83).

Com o objetivo de atender as demandas relacionadas à limpeza da cidade, esta instituição se utilizava dos serviços prestados por trabalhadores denominados por Ávila (2010) como Agentes do Saneamento. Assim, dentro desta categoria de trabalhadores será observado a presença de fiscais, que eram contratados com o objetivo de fiscalizar as práticas irregulares de descarte e despejo do lixo. Também havia a presença de presidiários, que frequentemente eram solicitados pela Câmara Municipal para executar as tarefas relacionadas à limpeza da cidade, como destaca Ávila (2010).

O uso de presidiários em tais atividades consistia ao que tudo indica, na ideia que a comissão de avaliação das prisões possuía com relação ao estabelecimento prisional. Na concepção desta comissão os presídios deveriam dar nova educação aos infelizes, que ali são lançados, expurgando-os dos maus extintos, para, depois de melhor educados na prática do trabalho, voltarem de novo à sociedade (Ávila, 2010, p. 88).

Logo, o que evidencio a partir do trecho acima são as lógicas punitivistas de trato com as pessoas em situação de cárcere que se estruturavam no período do século XIX, e que se mantêm estabelecidas na atualidade desta sociedade sob novos contornos e roupagens. Desse modo, ao analisar o trabalho de Andréa Souza, intitulado *Tigres: “Tristes Operários Do Labor Imundo”*, identifico que a utilização de presidiários para este serviço era uma prática recorrente das Câmaras Municipais da época. A pesquisadora salienta ainda que o perfil deste grupo também era constituído por negros escravizados e libertos. Nesse sentido, a Câmara atendia essas demandas da cidade se aproveitando da força de trabalho dessas pessoas por tempo indeterminado sem nenhuma contrapartida, e assim não gerando gastos aos cofres públicos. No contexto da Porto Alegre, essa situação estará expressa no Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores, referente ao período 1832 a 1835, no livro de número II, em que podemos observar as seguintes ordens:

12 de agosto de 1833: Solicitam informações do Presidente da Província sobre **como agir no sustento dos presos que esperam julgamento definitivo e dos presos escravos**.

22 de agosto de 1833: Recebem ofício do Presidente da Província **orientando sobre o sustento dos presos escravos**.

13 de setembro de 1833: Recebem instruções do Conselho Administrativo **sobre o sustento dos presos escravos**.

15 de janeiro de 1834: Mandam pagar o sustento dos presos pobres, exigido pelo contratante, **retirando os escravos da relação**¹³ (Porto Alegre, 1999, grifo nosso).

¹³ Citações extraídas do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1832-1835. Livro Vol. II. referente aos períodos de 12 e 22 ago. 1833. 13 set. 1833. 15 jan. 1834. p. 130-131-134-140.

Paralelo a isso, também será evidenciado a questão dos recursos disponibilizados à esta instituição, a fim de estabelecer e organizar as práticas de castigos aos presidiários na condição de escravizados. Sobre este ponto, também encontro registro nas Atas da Câmara de Vereadores, nos seguintes termos:

Pedem ao secretário que apresente como **está sendo aplicado o rendimento com o açoite dos escravos na Cadeia.**

Ass.: Ferreira - Marques - Assis - França - Barros - Leão

Recebem do secretário o **relatório sobre a aplicação do castigo aos escravos presos e que o dinheiro foi usado com material de expediente.**

Ass.: Ferreira - Assis - França - Marques - Barros - Leão

Recebem a prestação de contas da Câmara apresentada pelo Procurador, **incluindo as importâncias conseguidas com o castigo de escravos.**

Determinam que Manoel Pereira Maciel **entregue os recibos que tem dos castigos aplicados aos escravos na Cadeia da Justiça, ao Procurador, para que seja pago.**

Resolvem consultar o Presidente da Província **se devem ou não continuar pagando pelos castigos aplicados nos escravos**¹⁴ (Porto Alegre, 1994, grifo nosso).

Com isso, além da presença dos presidiários, também é possível encontrar cargos e funções relacionados a serventes, que além de atuarem na limpeza, ficavam encarregados da matança dos cães, e no acompanhamento das carroças utilizadas como suporte nos serviços de limpeza da cidade (Ávila, 2010). Outra questão que o autor Vladimir Ávila evidencia em sua pesquisa, é sobre os registros da época não permitirem identificar a presença da palavra “escravo” relacionada à execução deste trabalho de limpeza e coleta do lixo diretamente para os serviços públicos do município de Porto Alegre. No entanto, o que consegui compreender a partir da pesquisa documental organizada para este trabalho, é que as/os trabalhadoras/es que estavam encarregadas/os de executar diretamente essa atividade relativa à limpeza da cidade, eram por vezes denominadas/os como serventes ou presidiários, assim como já citei anteriormente. Com isso, compreendo que tais nomenclaturas utilizadas possam vir a contribuir para o apagamento da presença de escravizadas/os desempenhando tais funções em registros documentais da época, o que me leva a levantar a hipótese de que poderiam haver escravizadas/os sob essas condições de trabalho, mas por conta das terminologias utilizadas nos documentos de forma a agrupar todos os trabalhadores nos registros, esta informação foi prejudicada no desenvolvimento de análises mais aprofundadas.

Desse modo, adentro agora nas questões relacionadas ao abastecimento de água na cidade de Porto Alegre. Para tanto, destaco os estudos de Fabiano Quadros Rückert sobre o

¹⁴ Citações extraídas do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1830-1832. Livro Vol. VII. referente aos períodos de 29 e 30 out. 1829. 11 dez. 1830. 29 set. 1831. p. 59-72-96.

Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930). O autor evidencia que a partir de 1820 a população de Porto Alegre se constituía entre 10.000 a 12.000 habitantes, ainda que só em 1822 o território passasse então a ser considerado como uma cidade. Diante deste contexto, como já abordado em capítulo anterior, tendo em vista os regulamentos estabelecidos pelas Câmaras Municipais “[...] no período entre 1832 e 1858, a municipalidade providenciou a construção de quatro fontes públicas para o abastecimento de água” (Rückert, 2015, p. 29). Contudo, essas construções ainda se caracterizavam como insuficientes e incapazes de atender as demandas dessa crescente população na cidade. Além das poucas fontes públicas existentes, o autor aponta para as águas consumidas a partir das cisternas e poços pertencentes a uma pequena parcela da população da época, assim como o consumo das águas a partir de sua compra das “pipas comercializadas pelos aguadeiros que captavam diretamente no Rio Guaíba” (Ruckert, 2015, p. 29). Identifiquei por meio deste estudo que este tipo de trabalho era desempenhado por negras e negros na cidade de Porto Alegre. Este contexto se apresenta atrelado a:

A insuficiência das fontes públicas, a crescente poluição do Guaíba pelos dejetos fecais, o trauma da epidemia de Cólera de 1855 e a crença na teoria dos miasmas, produziram um contexto favorável para novas obras de abastecimento de água em Porto Alegre (Rückert, 2015, p. 30).

Evidencia-se que o governo provincial tinha como um dos seus objetivos a ampliação dos serviços relacionados ao abastecimento de água na capital. No entanto, não possuía capital financeiro para o desenvolvimento das obras. Diante dessas circunstâncias, observa-se o surgimento das concessões público-privadas como uma das alternativas encontradas pelo governo providencial, a fim de solucionar o problema das águas. Segundo os apontamentos do autor Fabiano Ruckert:

Os resultados obtidos pelas companhias de abastecimento de água criadas em Pernambuco e na Bahia, somados às limitações do orçamento da Província, influenciaram na decisão do governo provincial que encaminhou negociações com Francisco Antônio Pereira Rocha, o mesmo empresário responsável pela criação da Companhia Hydráulica do Queimado. O contrato entre a Província e o beneficiário da concessão foi assinado no dia 07 de setembro de 1861 e, juridicamente marca o surgimento da Companhia Hydráulica Porto-Alegrense (Ruckert, 2015, p. 31).

Com isso, a Companhia Hydráulica Porto-Alegrense, inaugurada no ano de 1861, tinha como principal objetivo a captação das águas através do Arroio do Sabão, para depois direcioná-las e distribuí-las para a cidade por meio de chafarizes. Assim, com o estabelecimento dos serviços ofertados, a Companhia conseguiu instalar mais oito chafarizes na cidade e desenvolver a comercialização das águas por meio da sua captação diretamente nos chafarizes. Neste processo havia a contribuição dos serviços prestados pelos aguadeiros e

pipeiros. Como também, a partir das primeiras prestações de serviços de água encanada no âmbito das residências, por meio das penas instaladas pela empresa¹⁵, direcionados a uma parcela da população que podia pagar pelos serviços prestados. Com a ampliação desses serviços relacionados ao abastecimento de água:

Em poucos anos, o valor arrecadado pelas penas tornou-se a principal fonte de renda da Companhia Hydráulica Porto-Alegrense. E considerando os documentos consultados no decorrer da pesquisa, podemos inferir que a prioridade dos investidores que apostavam no “negócio das águas” estava na renda gerada pelo arrendamento das penas, enquanto para o governo, a prioridade estava na instalação e no funcionamento dos chafarizes. O “negócio das águas” em Porto Alegre era realmente atrativo e capaz de reunir em um curto espaço de tempo, um expressivo capital procedente de investidores com diferentes condições de aplicação financeira (Rückert, 2015, p. 34-35).

Assim, no ano de 1886, surge a Companhia Hydráulica Guahybense, sediada no bairro Moinhos de Vento a empresa tinha recebido exclusividade para a captação e distribuição de água do Guaíba pelo prazo estabelecido de 20 anos (Ruckert, 2015). Com isso, compreende-se que o surgimento de mais uma Companhia com serviços relacionados à água na cidade, abria brechas para uma dinâmica de concorrência, como também, desconfianças por parte da população que já não estava tão contemplada com os serviços ofertados pela Companhia Hydráulica Porto-Alegrense. Contudo, Ruckert irá destacar que mesmo em meio a essas questões, havia uma demanda crescente pela água encanada nas residências, fazendo assim com que houvesse espaço para o estabelecimento de duas empresas relacionadas à água na mesma cidade. Diante do exposto, entro agora nas discussões promovidas pelo município a partir das questões relacionadas às construções de uma rede de esgotamento sanitário na cidade de Porto Alegre. Logo, a partir dos estudos organizados por Rückert, identifico que inicialmente o poder público pensava sobre um projeto de saneamento para o município de Porto Alegre, tendo como base a ampliação dos serviços relacionados ao abastecimento de água, como também, a construção de um sistema de esgoto, contudo:

[...] o poder público adotou estratégias diferentes para atingir estes objetivos. Parte da mudança pode ser atribuída às especialidades da Engenharia, pois a captação e a distribuição de água demandavam um determinado conjunto de saberes e obras, **enquanto a construção de uma rede de esgoto demandava outros saberes e outras obras** (Rückert, 2015, p. 55, grifo nosso).

Dessa forma, com o avançar dos anos, havia cada vez mais a necessidade de uma rede de esgotamento sanitário com vistas a atender a população que ainda sofria com as questões relacionadas às irregularidades dos descartes desses materiais fecais. Acerca dessas circunstâncias, tendo como base o mesmo modelo utilizado para concessão público-privado

¹⁵ As penas d'água se caracterizavam a partir das ligações de água nas residências por meio de torneiras e encanamentos.

destinado ao abastecimento de água, a Câmara Municipal realizou a publicação de edital, no ano de 1868, com o objetivo de captar empresas privadas a fim de atender serviços relacionados especificamente ao esgoto. Este edital emitido pela Câmara acabou recebendo duas proposições, “uma propondo a criação de uma rede de esgoto e outra propondo o uso de cubos e carros para remoção das matérias fecais” (Rückert, 2015, p. 89). No entanto, nenhuma das duas propostas foram consideradas pela Câmara. Assim, identifico, que somente no ano de 1869, a Câmara Municipal de Porto Alegre passa a firmar parceria com o empresário Estácio da Cunha Betencourt, diretor da empresa Salubridade Pública, tendo como objetivo a remoção de materiais fecais e águas servidas da cidade, assim:

Em 1872, a empresa de Betencourt iniciou o serviço do Asseio Público na capital da Província. O curto tempo de existência desta empresa foi marcado por reclamações de diversas partes: alguns moradores reclamavam da irregularidade do serviço, Betencourt reclamava da falta de colaboração dos usuários, outros reclamavam de despejos “ilegais” realizados pelos quartéis da cidade, a Câmara reclamava da ineficiência da Empresa Salubridade Pública na remoção dos cubos, e o Inspetor de Higiene da Província reclamava de todos (Rückert, 2015, p. 89).

Após inúmeros atravessamentos, a Câmara Municipal acabou cancelando o contrato firmado junto a empresa Salubridade Pública, publicando assim um novo edital, no ano de 1877, com o objetivo de angariar serviços destinados à limpeza da cidade. No entanto, Rückert (2015) irá destacar uma mudança crucial em um dos pontos propostos neste edital. No que se refere às questões relacionadas à remoção de águas servidas e materiais fecais, não estavam incluídas neste documento. Diante deste contexto, a partir do ano de 1877, compreendemos que as questões relacionadas:

[...] a limpeza pública restringiu-se ao recolhimento do lixo e dos animais mortos, à varredura e capina das ruas, becos e praças; enquanto a remoção das “matérias fecais” tornou-se objeto de outro contrato entre a municipalidade e a empresa denominada Alvin & Pitrez, a qual iniciou os trabalhos em 1878 (Rückert, 2015, p. 89).

Tendo em vista as questões apresentadas acima, compreendo que a falta de um sistema de esgotamento sanitário destinado à população era um problema constante na cidade no século XIX. Também se evidenciam as tentativas da Câmara em resolver essa situação com iniciativas desenvolvidas junto a empresas privadas, a partir das concessões público-privadas. O que acabava por não resolver de forma concreta este problema, pois este serviço assim como o negócio das águas, era destinado a uma pequena parcela da população que obtinham de recursos financeiros para pagar pelo serviço prestado. Identifica-se que é apenas no final do século XIX que surgem algumas iniciativas a fim de regulamentar este serviço de esgoto, fato que é observável em registros presentes nos Catálogos das Atas da Câmara de Vereadores, referentes ao ano de 1886, no livro de volume XIII.

1886 - 24 de dezembro: Recebem portaria da Presidência recomendando as providências de **lei para o saneamento da Cidade**¹⁶ (Porto Alegre, 2004, p. 20, grifo nosso).

Com isso, no ano de 1888, também é possível encontrar algumas solicitações referente a isso:

1888 – 09 de janeiro: Decidem pedir à Assembléia Provincial que a Câmara seja ouvida, com urgência, **acerca do Projeto que estabelece os serviços de esgotos de materiais fecais e águas servidas nesta Capital**¹⁷ (Porto Alegre, 2004, p. 46, grifo nosso).

Contudo, é apenas no início do século XX, sobretudo no ano de 1907, que surgem as primeiras obras destinadas à construção de uma rede de esgoto no município de Porto Alegre e junto dela as primeiras ações para uma politização do saneamento. Por fim, destaco que não é minha pretensão esgotar as análises acerca do tema exposto, pois autores como Fabiano Quadros Rückert e Vladimir Ferreira de Ávila, trazem em seus trabalhos contribuições mais aprofundadas acerca do Saneamento no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre. Nesse sentido, saliento que um dos meus objetivos com esta pesquisa é compreender sobre como se davam as primeiras práticas do que viria a ser a rede de esgotamento sanitário e a quem ficava a tarefa de executar este trabalho compreendido como um dos mais degradantes. Tendo como base as questões levantadas até aqui, destaca-se que a raiz desta exposição da população negra a este tipo de trabalho está expressa na irresponsabilidade, inexperiência e falta de interesse por parte da municipalidade da época em encontrar medidas efetivas a fim de solucionar o problema da inexistência de uma rede de esgoto na cidade. Consigo assim afirmar firmemente que as práticas de esgotamento sanitário que se estabeleceram no município de Porto Alegre até o final do século XIX foram as das/os negras e negros denominadas/os como *Cabungueiros*, também conhecidos como *Tigreiros*. Como não havia rede de esgoto instaladas nas casas, tais práticas se caracterizavam a partir do transporte de barris com excrementos fecais instalados nas residências, que após o grande volume depositado no recipiente, eram manuseados por essas/es carregadoras/es para assim ser transportado e despejado nas pontes e rios da cidade, onde:

A maioria das famílias, menos abastadas, possuía pelo menos um cativo para fazer certas atividades cotidianas e domésticas que eram consideradas degradantes, como abrir a porta, pegar água ou carregar pacotes na rua. As cidades brasileiras do século XIX possuíam uma grande população que tinha necessidades domésticas que precisavam ser cumpridas. [...] criando a necessidade de buscar água, despejar dejetos entre outras atividades particulares da vida urbana, obrigando as famílias a possuírem um escravo [...] que fizesse essas atividades (Belardinelli, 2009, p. 12).

¹⁶ Citação extraída do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1886-1900. Livro Vol. XIII. referente ao período de 24 dez. 1886. p. 20).

¹⁷ Citação extraída do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1886-1900. Livro Vol. XIII. referente ao período de 09 jan. 1886. p. 46).

Desse modo, como já abordado anteriormente, esses trabalhadores compunham a base da hierarquia social dentre os carregadores, por conta do tipo de material que transportavam. Segundo Souza (2007), esta tarefa estava destinada aos escravizados “[...] únicos, no caso de família pobre, ou, os de menor valor. Além disso, tal tarefa podia estar ligada aos escravos menos especializados, [...] crianças ou escravos idosos e doentes” (Souza, 2007, p. 67). Logo, é possível compreender que as configurações desse mesmo trabalho escravizado podiam ser efetuadas pelas/os escravizadas/os domésticas/os, de aluguel e até mesmo de ganho.

Outra questão importante é que, apesar dos documentos pesquisados revelarem homens ligados à tarefa de carregar e despejar as imundícies, não descartamos a utilização de mulheres, até porque, certamente, no caso de ser uma mulher a única cativa de uma família, caberia a ela executar essa atividade entre outras designadas pelos donos (Souza, 2007, p. 67).

Tendo como base a análise de estudos já realizados acerca deste tema, com o objetivo de identificar a presença dessas/desses trabalhadoras/es dentro deste contexto histórico, encontro a palavra “enfezado”, expressa com a finalidade de nomear essas/es carregadoras/es. O autor Augusti (2019) traz que este termo refere-se a “consequência das fezes que lhes escorriam pelo corpo ou pelo descontentamento estampado em face quando da realização do incômodo serviço” (Augusti, 2019, p. 421). Atrelado a essas questões de escoamento dos materiais pelos corpos dessas pessoas, também consigo localizar o seguinte discurso:

Durante o processo de trânsito desse material, alguns barris por vezes muito cheios, acabavam despencando e assim atingindo essas/es escravizadas/os. Como o recipiente era composto por urina e fezes, essa situação resultava em uma reação química entre uréia e amônio, que, ao atingir os corpos dessas pessoas, acabavam manchando-os. Essas marcas que não saiam de forma alguma formavam listras. Por isso o nome pejorativo “tigres” [...] (Costa, 2022, p. 27).

A partir deste ponto, identifico que em outras produções que pesquisei acerca da origem do nome dado aos carregadores, irão justificar a denominação utilizada como “tigreiros”, em razão de uma derivação do próprio recipiente que carregavam sob seus ombros e cabeças, denominado como “tigre” (Souza, 2007). Atrelado a isso, evidencia-se que essa denominação utilizada pela sociedade da época, correspondia aos trabalhadores inseridos em alguns municípios brasileiros, que pela mesma questão da inexistência de uma rede de esgoto nas cidades, também exerciam este trabalho escravizado. Paralelo a essas questões, observo que tanto a palavra “tigre” quanto “tigreiros” eram utilizadas por essa sociedade de forma depreciativa, com o objetivo fim de estigmatizar negros e negras nessa situação. O que significa dizer que esses trabalhos eram considerados degradantes e humilhantes pela sociedade, fato que acabava por contribuir com a estigmatização da imagem dessas/es trabalhadoras/es que executam especificamente essas tarefas de transporte e despejo de

materiais fecais A partir dessas circunstâncias, é que realizo o exercício de questionar o discurso exposto acima e também reproduzido por alguns viajantes da época, em que apontavam que os materiais fecais transbordavam dos recipientes e manchavam os corpos dessas pessoas. Dentro dessa perspectiva me questiono, pois ao longo da pesquisa também pudemos compreender que esses homens e mulheres negros e negras carregadoras/es vindos de África tinham uma vasta experiência no equilíbrio de objetos sob suas cabeças e seria quase improvável um desequilíbrio por parte delas/es fazendo com que os baldes caíssem. Essas evidências nos levam a entender esse discurso a partir de uma perspectiva racista vinda da sociedade naquele período, de modo a atingir essas/es trabalhadoras/es.

Nesse sentido, ao estudar o papel dessas/es carregadoras/es inseridas/os no Estado do Rio Grande do Sul (Weimer, 2021), identifico uma outra denominação utilizada a partir do termo “*cabungo*”. Desse modo, ao me aprofundar nos estudos presentes no Novo Dicionário Banto do Brasil, de autoria do intelectual Nei Lopes (2006), pude compreender que a palavra *cabungo* é originária do Kibungo¹⁸ e dentro do contexto da presente pesquisa, ele é caracterizado como o recipiente utilizado para o armazenamento de excrementos fecais. Encontro destacado neste dicionário também a palavra “*cabungueiro*”, utilizada com o intuito de referenciar a pessoa encarregada de limpar, carregar e fazer o transporte desse *cabungo*. Já no dicionário Kim-bundu-Português, datado de 1947, encontro a seguinte definição ao termo *cabungo*, aqui escrito com a letra “K”:

Kabunga, sub, (X) Gorra. [Coifa.
Kábunau, adj. (X) Derrabado | Sem cauda: san/i ia —.j Que tem o rabo curto ou cortado. | Rabão, j'sub. Nome por que, na poesia ou na fábula, é designada a águia: hololco- ho, njila ia — u âsua imbambe ní riúlu. I! Pequena latrina. I Privada.
(Junior, 1947, p. 81).

Com isso, destaco que a as palavras “*cabungo e cabungueiros*” são de cunho menos depreciativo do que as palavras “*tigre e tigreiros*”. Nessa perspectiva, as categorias expressas a partir dos termos *tigre e tigreiros* me levam a refletir sobre a questão racial, tendo como base as contribuições de Grada Kilomba (2019), que destaca:

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, **o perigo**, o violento, o excitante e **também o sujo** [...] (Kilomba, 2019, p. 37, grifo nosso).

Essas afirmações evidenciam as situações relacionadas à diferenciação por conta do racismo e neste processo será enfatizada a incorporação dos papéis referente a estigmatização, desonra e inferiorização desses corpos pretos em decorrência do trabalho “sujo” que a elas/eles

¹⁸ Kibungo é uma cidade localizada em Ruanda, país que integra o Continente Africano.

era designado. Atrelado a isso identifico em quase todos os materiais bibliográficos palavras como: marginalização, invisibilidade, apagamento, silenciamento, inferiorização, estigmatização, entre outros. No entanto, nenhum dos autores trouxe durante seus respectivos trabalhos, análises na perspectiva do racismo, buscando problematizar e relacioná-lo com as categorias citadas acima. Acerca das características desse trabalho no município, Ávila salienta que:

[...] o uso de escravos nas tarefas de limpeza na Porto Alegre oitocentista parece ser muito mais ligado aos serviços de particulares do que aos serviços públicos. No entanto, era no espaço público que estes indivíduos eram vistos com mais frequência e retratados realizando tais atividades (Ávila, 2010, p. 90).

Também é possível analisar que mesmo a cidade dependendo diretamente das práticas de esgotamento executadas pelos *cabungueiros*, este trabalho não era visto com bons olhos pela sociedade da época, fato que estará presente nos estudos de Gunter Weimer (2021), ao descrever o contexto das ruas de Porto Alegre do Século XIX como sombrias, por conta da “[...] circulação dos escravos ‘*cabungueiros*’”, que levavam tinas de tanoaria com os dejetos humanos para serem despejados no Guaíba (Weimer, 2021, p. 56). A partir dos apontamentos trazidos pelo autor, compreendo que a relação dessas/es carregadoras/es negras/os com a sujeira passava uma noção de perigo, de algo suspeito e que acabava por ofender a norma estabelecida nos espaços públicos e privados da cidade. Entende-se assim que tanto a palavra “*tigreiros*”, quanto “*cabungueiros*”, são nomenclaturas utilizadas com o objetivo de reafirmar e colocar negras e negros no lugar determinante de objeto e portanto, expostas/os e tratadas/os de forma coisificada.

Trata-se do lugar do não-ser (Carneiro, 2005) ou até mesmo do animal, pois conforme aponta professor Guarani Santos, em seu livro intitulado *Violência branca sobre o negro no Rio Grande do Sul (1725-1889)*, mulheres e homens pretas e pretos na condição de escravizadas/os eram tratadas pelos seus senhores como animais domésticos, justificando assim uma relação marcada pela violência a partir de agressões, açoites e mortes. Esta realidade movida pelo racismo expressava a estigmatização e segregação deste grupo de trabalhadoras/es, uma vez que o simples transitar pelas ruas da cidade acabava gerando nas demais pessoas da época, um grande sentimento de insegurança e ameaça, como destaca Ávila (2010):

Destaca-se então para a figura escrava o lugar do lixo, da sujeira e do serviço braçal, cujo universo de atuação se assentaria diretamente sobre o trabalho com o serviço de limpeza, da condução de materiais fecais, águas servidas e de lixo. Um trabalho considerado sujo e impuro, que na visão do preconceito deveria ser feito por aqueles que estavam a ocupar o mais baixo nível de hierarquia social. Neste sentido, Porto Alegre parece não se diferenciar, neste período, das demais cidades do país (Ávila, 2010, p. 94).

Destaco que é a partir desse contexto que pode ser percebida a presença das/os trabalhadoras/es negras e negros na Porto Alegre do século XIX, responsáveis pela tarefa de descarte de materiais fecais da cidade que:

Para ficar livre dessas imundícies, contava com o trabalho de *cabungueiros* que despejavam pelos baldios, sem grandes esforços, os barris lotados. Em Porto Alegre, o despejo desses materiais em lugares impróprios levou às autoridades municipais regularem, em 1838, o trabalho dos carregadores e a destinar um local próprio para este fim (Zanetti, 2002, p. 73).

Assim, conforme exposto no trecho acima, me atentei a pesquisar o que estava regulamentado no Código de Posturas Policiais¹⁹, onde já em 1836 serão estabelecidas algumas regras quanto ao descarte de lixo e dejetos nas pontes e rios da cidade, definindo assim os locais para os descartes, como consta no capítulo de número 50 deste documento:

Os lugares designados nesta Cidade para os despejos de ciscos, e imundícies são de hora em diante a beira do rio no espaço, que mediar entre dois marcos de páus que a Camara mandará fincar, sendo o primeiro lugar entre a Rua da Misericórdia, e a do Rozario, o 2o entre esta e a esquina da Praça do Paraizo do lado de Leste, o 3o entre a Praça do Paraizo, e o porto dos Ferreiros; o 4o entre esta e a Rua do Ouvidor; o 5o entre o lugar da quitanda e a Rua Clara; o 6o entre esta e a do Arroio; o 7o entre esta e a Principal; o 8o entre esta e o lugar chamado da passagem; 9o entre a ponta da pedra deste lugar até a desembocadura da Rua do Cotovello, e o décimo entre esta rua e a Formosa, seguindo-se os mais, que forem necessarios até a ponte do Riacho, e que serão designados pela mesma forma ²⁰ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

Paralelo a esses pontos de descarte, a população também tinha como referência o toque de silêncio, uma postura designada pelo chefe de polícia em que a partir de determinados horários, muitas situações eram proibidas no âmbito do espaço público da cidade, fato que irá repercutir posteriormente sobre os despejos de materiais fecais, conforme é possível observar nos registros presentes nas Atas da Câmara de Vereadores da época:

Recebem officio do Chefe de Polícia comunicando ter dado ordens ao Comandante do Corpo Policial para que as Patrulhas **proibam os despejos depois do toque de silêncio, conforme o Código de Posturas**²¹ (Porto Alegre, 1868, p. 66 grifo nosso).

Atrelado às questões relacionadas ao silêncio está outro ponto já apontado em capítulo anterior, de que as/os escravizadas/os na condição de carregadoras/es tinham por prática entoar cantos ao executar o seu trabalho pelas ruas da cidade. Segundo as concepções do autor Paulo Cruz Terra, este ato se justificava porque:

Cantando, eles aliviavam as tensões, faziam o tempo passar mais rápido; e se não se mudavam as condições externas sob as quais trabalhavam, pelo menos sentiam auxílio para sobreviver, tanto psicologicamente quanto fisicamente, a essas

¹⁹ Destaco que os extratos desses documentos foram considerados na íntegra. Portanto, a escrita apresentada contém as terminologias e normas ortográficas da época.

²⁰ Citação extraída do Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 50.

²¹ Citação extraída do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1866-1875. Vol. XI. referente ao período de 11 fev. 1868. p. 66.

condições (Terra, 2007, p. 93).

No entanto, esta singela ação nada agradava a população da Porto Alegre oitocentista. No mesmo Código de Posturas Policiais estará uma norma bem específica e direcionada ao perfil dessas/es carregadoras/es, que diz:

*Prohibe-se que os cangueiros libertos ou escravos, e outros quaesquer carregadores dem assovios, ou fação vozerias, e qualquer outro motim nas ruas, e praças da Cidade, e Povoações do Termo; assim como os toques de taboleiros, e igualmente o chiar dos carros, ou carretas dentro da Cidade. Os que contravierem serão multados cada um em um mil réis pela primeira vez, pela segunda em dois mil reis; e pela terceira, e mais vezes em quatro mil réis, **sendo as multas pagas pelos que forem libertos; e quanto aos escravos, pelos seus respectivos senhores, ou pessoa a cujo cargo estiverem**²² (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).*

Desse modo, no que diz respeito às práticas de despejo executadas por essas/es trabalhadoras/es na cidade de Porto Alegre, também observo punições ainda mais severas e violentas direcionadas a esses trabalhadoras/es cabungueiros, descritas no Código de Posturas Policiais, caso os descartes ocorressem fora dos locais estipulados por meio deste documento, como aponta o trecho que segue:

Toda a pessoa que de dia, ou de noite for encontrada pelos encarregados da execução das Posturas á lançar ciscos, e a fazer quaesquer outros despejos de imundicias fora dos indicados lugares, sendo livre soffrerá a prisão por tres dias na Cadea, e pagará dentro della a multa tres mil reis, e sendo escrava será conduzida, à Cadea e ahí castigada com cincoenta açoutes, e imediatamente solta²³ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

A partir deste trecho compreende-se o que e a quem era vedado tais práticas de despejos, como também os instrumentos de violência utilizados como punição ao descumprimento desta postura. É perceptível o direcionamento explícito de tais atos de tortura apenas às pessoas negras na condição de escravizadas. Outro ponto recorrente se manifesta a partir do cerceamento do espaço dessas pessoas, que mesmo estando em condições de trabalho no âmbito da rua, estavam expostas a constantes tratativas de coibição de suas presenças na cidade, como se observa em um dos documentos das Atas da Câmara dos Vereadores, datado de 17 de dezembro de 1834, me que estará a seguinte solicitação:

Recebem officio do Juiz de Direito e Chefe da Polícia solicitando a elaboração de uma Postura sobre o recolhimento de escravos à noite²⁴ (Porto Alegre, 1999, grifo nosso).

²² Citação extraída do Código de Posturas Policiais da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 47.

²³ Citação extraída do Código de Posturas Policiais da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 50.

²⁴ Citação extraída do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1825-1835. Livro Vol. VII. referente ao período de 17 dez. de 1835. 1999. p. 168.

A partir desta solicitação expressa nas Atas, percebe-se a sua efetivação anos após ser implementada no capítulo 35 do Código de Posturas Policiais de Porto Alegre, na qual está descrito que que:

Todo o escravo ou escrava, que for encontrado de noute, depois do toque do sino da Camara sem bilhete de seo senhor; ou da pessoa, á cujo cargo estiver; será conduzido á caza do mesmo para se verificar se vai de seo mandado; e quando se não verifique, será recolhido á prizão, até que o mesmo senhor sollecite a sua soltura²⁵ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

Após a concretização desta publicação, a partir de edital publicado no ano de 1856 pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho, é possível constatar iniciativas para a atualização de alguns artigos deste Código de Posturas com o objetivo de reiterar a população porto-alegrense sobre as normas referente a limpeza da cidade que deveriam ser seguidas e entre elas está o art. 55, que diz:

Só é permitido fazer despejos de materiais fecais e outras imundícias, em vasilias cobertas, no inverno das 7 às 9 horas da noite, e no verão das 8 às 10. Pena de 8\$ de multa, respondendo o senhor pelo escravo e o amo pelo criado. A Câmara designará os lugares em que estes despejos se deverão fazer, publicando-o por Editais. Os que forem encontrados fazendo estes despejos fora dos lugares designados sofrerão a multa de 5\$ a 10 dias de cadeia, e sendo escravo 25 açoites²⁶ (Porto Alegre, 1856, grifo nosso).

Desse modo, quando adentro na situação dos despejos de materiais fecais e outras imundices na cidade de Porto Alegre no período oitocentista, consigo compreender por meio deste estudo que o turno da noite era de fato apropriado, pois a baixa luminosidade acabava por facilitar o trabalho dos *cabungueiros*, que tinham que realizar os despejos e descartes de materiais fecais nas pontes e rios, sobretudo no Rio Guaíba, a mando de seus senhores. Paralelo a isso, também é possível perceber as táticas utilizadas pelo município com o objetivo de penalizar essas/es escravizadas/os que executavam tais tarefas, justamente no período da noite. Conclui-se então, que o racismo neste contexto se estabeleceu por meio de um conjunto de violências que incidiram sobre os corpos dessas/es carregadoras/es, a partir de práticas de superexploração da força de trabalho escravizada permeada por uma série de contradições. Como pode ser observado ao longo deste estudo, a sociedade porto-alegrense da época demandava e dependia quase que exclusivamente da realização deste trabalho, conduzido por esses/as trabalhadores/as, mas não reconhecia o direito de existir dessas pessoas. Dentro desse processo ainda se estabeleciam as relações de senhor-escravo, atravessadas pela condição de subserviência (Ramos, 2019), advindas das questões

²⁵ Citação extraída do Código de Posturas Policiais da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 35.

²⁶ Citação extraída das Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal. Livro 24, 8 ago. 1856.

organizativas que o próprio racismo impôs naquele período. Por fim, saliento que embora essas/es carregadoras/es estivessem com a tarefa de executar o trabalho considerado como um dos mais degradantes da época, por outro lado consigo identificar a sua presença e as suas estratégias de resistência ao circular pelas alfândegas e espaços públicos da cidade, entoando cantos próprios de sua ancestralidade, contribuindo assim para um dos trabalhos considerados como um dos mais importantes e essenciais para a população de Porto Alegre durante todo o período oitocentista.

5. DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES AO CÓDIGO DE POSTURAS DE PORTO ALEGRE: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS COERCITIVAS DO MUNICÍPIO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA ESCRAVIZADA E LIVRE

Ao longo deste estudo foi possível acessar algumas abordagens teóricas trazidas por diferentes autores, sobretudo historiadores, em estudos comparativos referentes aos processos de escravização em contexto urbano e em ambiente rural, que as configurações da escravização em ambiente urbano foram mais “brandas” do que em contexto rural, sob a justificativa de que escravizados na cidade tinham mais flexibilidade e mobilidade social. A partir deste contexto é que procuro tecer este capítulo, com o objetivo de desmitificar e evidenciar que o processo de escravização atravessado por mulheres e homens negras e negros foi marcado por uma série de violências e violações brutais, independente do ambiente em que esses corpos estavam localizados. Desse modo, no contexto da Porto Alegre do século XIX, evidencia-se que os processos de violência, para além das ações físicas, também se caracterizavam pela presença do aparato coercitivo do município, tendo como base as legislações vigentes da época. Analiso alguns registros que irão estabelecer uma série de regras de condutas para a convivência em ambiente urbano, direcionados a negras e negros na condição de escravizadas/os e libertos, sobretudo, a partir das questões relacionadas as dinâmicas de seu trabalho nas ruas da cidade. Nesse sentido, tendo como base as contribuições da Assistente Social Gracyelle Costa Ferreira, apreende-se que:

[...] no século XIX o Estado, além de criar e manter regulações, passou a criar espaços e alvos específicos para exercício do monopólio da violência. Essas legislações, que regulavam desde a quantidade de chicotadas até o limite de dias de trabalho nas prisões, são uma pequena amostra da violência regulada e executada pelo Estado. Elas representam parte de um projeto deliberado de nação moldado simultaneamente à reorganização de uma lógica do trabalho no Brasil. Embora algumas punições não fossem exclusivas aos escravizados, eram eles os símbolos da suspeição. Essa violenta perseguição revela a preocupação das elites da época com os significados dos espaços produzidos pela população africana e afrodescendente na Diáspora. O estado de persistente tensão nesse mundo cindido era permanentemente vigiado e reprimido. Porém, ainda que sob a violência brutal, fruto do sistema colonial, que deixou de lado estes sujeitos do que fora chamado de humanidade, foram construídas e reconstruídas formas próprias de resistência. Mesmo diante de tamanha hostilidade produzida [...] (Costa, 2020, p. 117-119-120).

Como já observado em capítulo anterior, esses documentos são materializados a partir das Atas da Câmara de Vereadores. Este importante registro redigido por parlamentares da época apresentava “[...] as decisões e as providências dos edis que nos primeiros tempos

exerciam funções administrativas, antes que legislativas, a despeito da existência do governador, abrangendo toda a capitania sul-rio-grandense²⁷ (Porto Alegre, 1994, p. 9).

A partir desses registros é possível analisar como se organizavam as questões advindas destas tais posturas desejadas no contexto do ambiente urbano, tendo como referencial os interesses de governantes e autoridades que usavam dessas estratégias para a manutenção de uma certa hegemonia (Weber, 1992). Paralelo as Atas, também evidencio a existência do Código de Posturas Municipais de Porto Alegre, que em seu surgimento foi denominado como Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre. Este documento tinha como um de seus objetivos o regulamento das práticas de vivência cotidiana da população, sobretudo das pessoas negras livres e escravizadas. Segundo Weber estes códigos se constituíam a partir de:

[...] um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio **para uma determinada comunidade**, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública, **incluindo aí as relativas à saúde pública**. Esse conjunto de artigos, em cada município, orientava a operacionalização da legislação nacional, refletindo as peculiaridades e interesses de cada região (Witter, 2007, p. 67, grifo nosso).

Com isso compreende-se que tanto os decretos emitidos pelos vereadores da época, quanto o uso do código de posturas, tinham como semelhança o objetivo principal de cercear a mobilidade de negras e negros livres e escravizadas/os, assim como, estabelecer regramentos, restrições e horários em que o trabalho executado por essas pessoas deveria ser realizado. Tudo isso, a fim de proteger e atender os interesses para o bem-estar de uma certa parcela da população não-negra, os quais eram considerados como cidadãos e assim tratados como a real população residente desta cidade. O Código de Posturas surge após a implementação do Primeiro Regulamento Brasileiro para o Funcionamento das Câmaras Municipais, documento este que também já citei no capítulo anterior. Dentro deste contexto, cada município tinha o seu próprio Código que se estabelecia com o objetivo principal de atender as necessidades presentes em cada região. Logo, tendo como base as questões relacionadas à pesquisa, destaco a presença de um único documento relacionado às posturas no município de Porto Alegre, datado de 1829 a 1888. Dentre esses anos, o que pude encontrar foram aditivos a este código com o objetivo de incluir, alterar e/ou suprimir algum artigo em que essas “medidas estabelecidas pelas Posturas foram as únicas utilizadas pela Câmara Municipal e pela Presidência da Província” (Weber, 1992, p. 70). No que diz respeito às questões de aditivos e atualizações deste código, observa-se esse processo como bastante

²⁷ Citação extraída do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1825-1835. Livro Vol. VII. 1994. p. 9.

recorrente meses após a invasão dos Farroupilhas em Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835 (Santos, 1990). Com a inserção desses invasores junto à Câmara de vereadores, serão determinadas por eles algumas alterações neste Código de Posturas. Em relação a este ponto, o professor Guarani Santos (1990) irá destacar que a partir das atualizações deste Código de Posturas, então sob o domínio dos Farroupilhas, seria perceptível a materialização do racismo, tendo como base a antecipação do tratamento que o município daria a população negra escravizada, ao deixar explícito neste Código punições ainda mais severas e violentas direcionadas à população negra, assim como aos *cabungueiros*, caso os descartes de materiais fecais ocorressem fora dos locais descritos, conforme já mencionado em capítulo anterior deste trabalho. Além destas, as infrações de outras posturas explícitas neste documento também corroboram para o papel do racismo no desenho deste Código. Voltando às questões referente ao seu surgimento, percebe-se a aprovação e implementação do Código de Posturas Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Porto Alegre, no ano de 1829, estruturado em 50 artigos expostos. Dentre eles, destaco o capítulo 15:

Nenhuma pessoa, que pelas ruas da Cidade vender quaesquer comestiveis, quinquilherias, fazendas, e louças em taboleiros, e de outra qualquer forma, poderá conservar-se parada nas ruas, ou becos, visto que só nas praças estabelecidas é que poderão demorar-se na vendagem, sob pena de pagar seis centos e quarenta réis; e *sendo escravo, ou escrava, será paga esta multa paga pelo seo respectivo senhor; ou por aquella pessoa, a cujo cargo estiver*²⁸ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

Tendo como base as reflexões abordadas no capítulo três deste estudo, compreende-se que o artigo acima surge com o objetivo de interferir na mobilidade de escravizados ao ganho, sobretudo no trabalho das quitadeiras ambulantes, que não tendo licença da câmara para as vendas na praça da quitanda, ficavam a transitar pelas ruas da cidade a fim de comercializar os seus produtos comestíveis. Como já observado, essa certa mobilidade pelas ruas da cidade de nada agradava o município, fato que estará evidente a partir do que este trecho apresenta. Outro ponto que se faz presente, é referente às multas estabelecidas e direcionadas aos senhores de escravizados, caso não houvesse o cumprimento desta norma. Tudo isso, em razão das questões referentes ao vínculo que escravizadas/os ao ganho tinham com os seus proprietários, o que pode estar caracterizado por meio do enquadramento destas pessoas como escravizadas/os domésticas/os e/ou alugadas/os. Já no capítulo 19, observa-se novamente a exigência de apresentação de licença emitida pela da câmara, em que ficava estabelecido:

²⁸ Citação extraída do Código de Posturas Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 15.

Nem um escravo ou escrava poderá viver sobre si em qualquer caza, sem licença da Camara, seja qual for o motivo ou pretexto; sob pena de pagar o senhor dos mesmos escravos, pela primeira transgressão, dez mil reis, e pelas mais vezes vinte mil reis; incorrendo em iguaes multas o proprietário da caza, sendo pessoa diversa²⁹ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

A partir deste contexto são expressas as táticas do município, a fim de impedir essas pessoas de residirem em qualquer outro canto que não fosse nas residências de seus senhores proprietários. Outro ponto que percebo como explícito neste código, é o sentido de barrar de alguma forma as questões advindas da sociabilidade de pessoas negras nesses espaços públicos, em que essas licenças exigidas funcionavam como uma espécie de passe, ao trazer uma relativa mobilidade social. Com isso, destaco o texto do capítulo 21, em que se exige:

Os proprietários das tabernas, botequins, bodegas, e outras semelhantes cazas, não consentirão ahi, sem justo motivo, escravos parados, nem já mais os consentirão jogando, conversando, comendo, tangendo ou bailando. Os que contravierem serão multados em dois mil reis pela primeira vez, e em quatro mil reis pela segunda e mais vezes³⁰ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

As multas eram direcionadas aos proprietários de estabelecimentos da época, com o objetivo de cercear a presença da população negra nesses lugares de socialização coletiva. Como também, pode ser observado as táticas do município para demarcar determinados espaços a fim de estabelecer os lugares onde esses corpos não podiam se fazer presentes. Débora Ramos irá evidenciar que:

O racismo diz respeito também a quem pertence a determinados lugares, e quem não pertence; destarte se seu discurso oral não tiver espaço ou tempo para ser proclamado em sua defesa, o corpo do afrodescendente, lido como negro, recebe a interpretação do branco que habituado em seu espaço determina quem deve ou não compartilhar determinados ambientes e locais com ele (Ramos, 2019, p. 24).

Concepções essas que também estarão expressas nas Atas da Câmara de Vereadores, que diz:

Recebem officio do Fiscal do 2o Distrito consultando qual a conduta que deve tomar com relação aos batuques e danças de pretos, visto que as autoridades policiaes têm dado licença para esses divertimentos, e o Código de Posturas os proíbem³¹ (Porto Alegre, 1872. p. 165).

A partir deste trecho consigo compreender entre outras coisas, que nem só do trabalho viviam as pessoas negras sob essas condições no século XIX em Porto Alegre. Também é possível identificar esses espaços de sociabilidade como possibilidades e brechas de resistência às questões atravessadas pelo contexto de escravização que a elas/eles eram

²⁹ Citação extraída do Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 19.

³⁰ Citação extraída do Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 21.

³¹ Citação extraída do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1866-1875. Livro Vol. XI. Livro 17 referente ao período de 10 abr. do ano de 1872. 2001. p. 165.

impostos. Nesta cidade marcada pela segregação racial, percebe-se a presença desses espaços com as licenças estabelecidas pela polícia. No entanto, como o Código de Posturas proibia tais ações, os parlamentares da época não mediam esforços para desestruturar esses cultos desenvolvidos por negras e negros na cidade. Com isso, voltando ao Código de Posturas Municipais, encontro no capítulo de número 34, questões referentes ao toque de silêncio que a câmara estabelecia.

As lojas, armazens, botequins, cazas de pasto, tabernas, bilhares, e outras semelhantes *cazas se fecharao todas as noutes ao toque do sino da Camara*, sob pena de um mil reis pela primeira transgressão, de dois mil reis, pelas mais vezes incorrendo em iguaes multas quaesquer pessoas, *que depois das refferidas horas fizerem vozerias, e estrondos nas ruas, ou castigarem escravos em suas cazas, de modo que perturbem a vizinhança*³² (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

O que fica explícito neste trecho são as questões relacionadas aos estabelecimentos da época, os quais que deveriam encerrar as atividades no mesmo instante que o toque de silêncio, do mesmo modo em que não poderia haver a presença de pessoas transitando e cantarolando pelas ruas após o toque. Postura que está explicitamente direcionada às questões relacionadas ao trabalho de negras e negros pelas ruas da cidade. Por fim, também estarão presentes instruções sobre as dinâmicas de castigo que os senhores aplicavam sob as/os escravizadas/os, em que o mais absurdo está na percepção do município de que a questão do castigo em si era apenas um detalhe, pois o que deveria estar estabelecido era a norma do silêncio, quando da ocasião deste ato violento exercido contra corpos negros. Essas posturas também eram direcionadas a uma parcela da população residente em Porto Alegre, constituída por habitantes livres naturais da cidade e imigrantes alemães e italianos (Weber, 1992), que adentram ao município a partir dos processos de imigração ainda no século XIX. Weber (1992)² contribui a este debate ao dizer que:

[...] a vinda de imigrantes europeus fez-se essencialmente para a ocupação de terras através de pequenas propriedades de uso familiar, onde era proibido o uso de escravos desde 1824. Em 1850 e 1854 reitera-se esta proibição. Os colonos deviam cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas. Com o desenvolvimento da imigração em massa e a consequente questão agrária muitos imigrantes tomaram o rumo das cidades, onde foram trabalhar, principalmente, na prestação de serviços. Na realidade de Porto Alegre, tem-se que levar em conta a preocupação em adequá-los para as atividades da área urbana. Organizar o mercado de trabalho nessa área incluía, pois, escravos, libertos, nacionais e também a população imigrante (Weber, 1992, p. 112-113).

É importante destacar que dentro deste processo, aos habitantes da cidade não-negros estavam disponíveis os trabalhos que dependiam de mão de obra considerada “mais

³² Citação extraída do Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 34.

qualificada” para o desempenho de tais tarefas. Tendo em vista essa estrutura estabelecida, a intelectual Sueli Carneiro salienta que:

[...] raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial. Os conceitos de apartheid social, a supremacia do conceito de classe social sobre os demais - como pretendem os pensadores de esquerda, herdeiros do materialismo histórico-dialético – são conceitos que não alcançam, e, ao contrário, invisibilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto que nelas raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classes (Carneiro, 2005, p. 29).

Com isso, à população de negras e negros vão ainda restar os trabalhos considerados mais precarizados, em que não se exigia certa qualificação para a execução. Pode-se observar que aos brancos era determinado o direito ao trabalho assalariado e livre, já aos negros o lugar determinante do trabalho escravizado, penoso, “sujo” e degradante marcado pela destituição dos direitos basilares a sua subsistência e humanidade. Referente a isso, a Assistente Social Débora Ramos irá pontuar que:

Europeus imigrantes passam, portanto, a ocupar um outro espaço advindo da divisão de classes, que é um campo subalterno em termos econômicos; mas pelo seu compartilhamento étnico-racial branco, estes se privam de mazelas e violências direcionadas aos sujeitos não-brancos. Em contrapartida, não-brancos não são os sujeitos que passam a compor a burguesia. Não há um trânsito livre permitido para o negro, tampouco impulsos que o permitam se deslocar do lugar subordinado e pauperizado em que se encontrara (Ramos, 2019, p. 24).

Paralelo a este processo, evidencio a postura expressa no capítulo 51, o qual determina os lugares para se fazer a lavagem das roupas, este trabalho era expressamente executado pelas escravizadas de ganho e/ou livres denominadas como lavadeiras, conforme já mencionado em capítulos anteriores deste estudo.

O lugar destinado para a lavagem de quaesquer panos, ou roupas das tinturarias fica sendo d’ora em diante na ponta do Arsenal á beira do Rio defronte da desembocadura da Rua Formosa. Toda e qualquer pessoa, que fóra do mencionado lugar, for encontrada, fasendo semelhantes lavagens, será condemnada na pena de quatro dias de prisão, e multa de oito mil reis pagos dentro da mesma prisão³³ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

A partir daí compreendo que a questão das lavagens de roupas em determinados pontos do rio e arroios da cidade, serão pautas recorrentes do município para com a população de Porto Alegre à época. Sobretudo, a partir da situação de sujeira em que a cidade se encontrava, processo que perpassava a falta de limpeza da cidade, até a própria poluição do Rio Guaíba. Era comum na cidade o mesmo rio que recebia os despejos fecais, ser também utilizado para o consumo de água e lavagem de roupas. Analisando assim os registros sobre as lavagens, pude encontrar medidas da Câmara Municipal direcionadas principalmente ao

³³ Citação extraída do Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Capítulo 51.

Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Rückert, 2015), que se utilizava de alguns pontos do rio Guaíba para a lavagem de roupas de seus pacientes enfermos. Com o objetivo de solucionar este problema de saúde pública, o presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, estabeleceu as seguintes determinações:

A roupa do Hospital e de todo o Estabelecimento era lavada em um tanque do quintal, com agua de um poço que alli existe, porém sendo essa agua salobra, a roupa para as Enfermarias, mais encardida do que tinha sahido das camas, e para remover esse mal, com accordo da Mesa, mandei construir uma pequena casa, em um terreno que tem este Estabelecimento no Caminho Novo, e para alli fiz mudar a lavagem de toda a roupa; mas a pedido do Sr. Presidente da Camara, não pôde continuar a lavar-se naquella praia essas roupas, pelo escrupulo de que sendo roupas de um Hospital, impregnassem as aguas do rio, de que o Publico nesta Cidade se utiliza para beber, e para todos os misteres, e então arrendei em uma chacara próxima ao Cemiterio, onde ha um excellente arroio corrente, **um quarto e o terreno necessário para esta lavagem, e para recolher e guardar a roupa, e dormirem as lavadeiras**, a razão de 4\$000 réis por mez, por espaço de três annos como consta do contracto que fiz lavrar, e me parece estar o Estabelecimento por este modo bem servido³⁴ (Porto Alegre, 1855, p. 8, grifo nosso).

Desse modo, observa-se que a soma de todos os fatores presentes no que era a Porto Alegre do século XIX, sobretudo os relacionados às questões da inexistência de uma rede de Saneamento Básico, irão contribuir para o surgimento da epidemia de *cólera morbius* que acabou atingindo a cidade no ano de 1855. Tendo em vista os danos causados por essa epidemia, consigo identificar a questão racial atravessando diretamente esta epidemia. A partir dos estudos de Nikelen Acosta Witter (2007), evidencia-se que na época:

A Comissão de Higiene Pública também instou o governo da província a proceder um levantamento da mortalidade da capital, quarteirão por quarteirão, com o objetivo de traçar um mapa que pudesse orientar as futuras atuações em prol da salubridade da cidade. O mapa localizou os índices de mortalidade por quarteirão, sexo e condição na cidade e foi adicionado ao Relatório do Presidente da província de julho de 1856. De acordo com o relatório do Presidente da província, *a mortalidade maior se deu nos quarteirões próximos ao rio e foi maior entre as pessoas pobres de recursos e escravos* (Witter, 2007, p. 83, grifo nosso).

Diante dos dados apresentados, constata-se que as pessoas mais afetadas eram as que pouco tinham condições de acesso às formas de saneamento que a cidade oferecia na época, resultando assim em danos irreversíveis para a sobrevivência dessas pessoas durante o período. Outro ponto que destaco é a Comissão de Higiene Pública. Segundo as considerações do autor Ávila (2010), este órgão foi desenvolvido anos antes da epidemia atingir Porto Alegre, a partir do ano de 1851. Esta Comissão era composta por médicos e vereadores do município e tinha por objetivo intervir e desenvolver propostas para um melhoramento das práticas de saneamento da cidade, tendo em vista as questões relacionadas à poluição. A partir da entrada do *cólera morbius* no município, esta mesma Comissão de Higiene acaba

³⁴ Citação extraída do Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Livro 1, 1855, p. 8.

desenvolvendo medidas a fim de prevenir o surgimento de uma nova epidemia na cidade. Evidencia-se neste instante, as práticas higienistas e sanitaristas, entre as quais as medidas de limpeza passam não só a tratar-se do ambiente público, mas também dos espaços privados onde residiam essas populações pretas e pauperizadas. Não bastasse ser a maior a população atingida pelo vírus, este público também acabou sendo ainda mais marginalizado e culpabilizado pelo surgimento da epidemia na cidade. Observa-se um processo de higienização da cidade, em que “Ganha destaque sobre os lugares neste momento os cortiços, que se tornam objeto de interferência das comissões domiciliares, que eram destinados a fiscalização dos locais de habitação suspeitos de pouco asseio” (Ávila, 2010, p. 81). Essas ações voltadas a limpeza e embelezamento da cidade tinham como foco intervir nas questões relacionadas à saúde da população, com o objetivo principal de controlar as formas de comportamento e práticas de higiene que essas comunidades mais pauperizadas vinham estabelecendo de forma individualizada, por não haver ações de saneamento ofertadas pelo município.

Desse modo, é evidente o assentamento do racismo sob novas dinâmicas e configurações neste período em Porto Alegre, pois a cidade acabaria focalizando diretamente as suas intervenções nos hábitos de vida e moradia da população que residia nos cortiços e subúrbios da época, resultando em uma série de despejos e segregação da população negra desses territórios. Acerca disso, pode ser destacado que essas intervenções também procederam sobre a proibição dos cortiços no território central da cidade a partir de 1865 (Weber, 1992). Entretanto, tais ações executadas pela Comissão de Higiene não impediram uma segunda onda de *cólera morbius* na cidade no ano de 1867. Após o período de epidemias que atingiu o município de Porto Alegre, teremos no ano de 1871 a implementação da Lei 2.040 de 28 de setembro, denominada como a Lei do Ventre Livre, que segundo as contribuições da Assistente Social Gracyelle Costa Ferreira, este documento:

[...] declarou como libertos os “escravos da nação” e as crianças que nasciam daquela data em diante. Mas, sobre as últimas, a Lei dava margem à escolha do senhor sobre o destino da criança: se entregue ao Estado após oito anos (que as enviaria para instituições como as do Arsenal da Marinha) ou mantê-la sob seu domínio até os 21 anos (Costa, 2020, p. 118).

Além disso, esta lei também exigirá o registro de matrículas sob os escravizados, com o intuito de legalizar a propriedade dos senhores que era constituída por negras e negros sequestrados de África. Por conta disso, é que está presente nas Atas da Câmara trechos em relação às matrículas das/dos escravizadas/os.

Recebem officio do Inspetor da Alfândega solicitando que a Câmara **nomeie uma Comissão para que, juntamente com o mesmo, marque os limites da Cidade em função da matrícula dos escravos.**

Recebem officios do Inspetor da Tesouraria Provincial tratando das propostas dos cidadãos que, com o Exator, *encarregado da cobrança da taxa dos escravos, deverão marcar os limites da cidade, de acordo com Decreto de 1845*³⁵ (Porto Alegre, 1999, p. 173-209).

Fica evidenciado que as autoridades da cidade de Porto Alegre procuravam contribuir ferrenhamente para a manutenção do controle sob a população negra que aqui habitava. A partir das matrículas também estará evidente as demarcações do território em que o município irá realizar as cobranças de taxas de escravizadas/os entendidas/os como mercadorias, aos senhores proprietários. Por meio desses documentos, compreende-se que essas legislações vigentes da época estavam repletas de ações estabelecidas e voltadas a desumanização e não reconhecimento de negras e negros enquanto indivíduos nesta sociedade. Paralelo a isso, em 1884, será organizada a abolição dos cativos no Rio Grande do Sul e Porto Alegre será uma das capitais brasileiras que adotará a estratégia de abolição sob a condição da implementação de uma cláusula que exigia a permanência da prestação de serviços dessas pessoas, sobretudo em ambientes domésticos. Segundo Beatriz Teixeira Weber, esta ação:

[...] permitirá protelar a libertação do trabalhador escravo. Sua força de trabalho continuou pertencendo ao contratador, que dela utilizava ou podia cedê-la a outros, sendo caçados e procurados como escravos os contratados que fugiam às suas obrigações, conforme demonstra Paulo Roberto Moreira. Muitas vezes o tratamento dado aos contratados não diferia do verificado junto aos escravos, sendo também castigados, agredidos, chicoteados (Weber, 1992, p. 132).

É possível visualizar este processo de forma ainda mais presente a partir das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em que destacam-se os seguintes regimentos:

Estabelecem a criação de um livro, na Secretaria da Câmara, destinado aos registros de cidadãos que libertaram seus escravos.

Recebem telegrama da Câmara Municipal do Alegrete *felicitando-os pelo fato de haverem sido emancipados todos os escravos da Capital*³⁶ (Porto Alegre, 2004, p. 239-240-227).

Desse modo, o crescente número de libertos naquele momento torna-se um fator decisivo. Segundo o professor Paulo Moreira (1996) foram registrados neste período um total de duzentos e vinte e quatro alforrias, tendo como consequência uma grande oferta de mão de obra livre na cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, serão perceptíveis as estratégias desenvolvidas por ex-senhores proprietários, junto ao município a fim de regulamentar o

³⁵ Citações extraídas do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1846-1855. Livro 14 referente aos períodos de 8 jan. e 23 jun. do ano de 1853. 1999. p. 173-209.

³⁶ Citações extraídas do Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 1883-1887. Livro 20 referentes aos períodos de 1 mar. e 02 de set. do ano de 1884. 2004. p. 239-240-227.

trabalho dessas pessoas na condição de “libertas”³⁷. Com isso, observa-se a partir do ano de 1888 o surgimento de um regulamento redigido pela Câmara Municipal de Porto Alegre, que estabelece os serviços de criados, onde após a sua implementação ele passa a ser adicionado junto ao Código de Posturas Municipais de Porto Alegre. Desse modo, as pessoas aptas a exercerem este trabalho doméstico deveriam se inscrever previamente no livro de registros, documento este já citado anteriormente, caracterizado por uma caderneta contendo informações prévias do/da trabalhador/a, destinado ao registro destas pessoas. A partir dessas configurações, a Câmara era a instituição que emitia essas cadernetas, mediante o pagamento no valor de quinhentos réis pelas pessoas que se interessassem em contratar os serviços desses trabalhadores que estavam registrados. Atrelado a isso, caso o trabalhador fosse menor de idade, ficava aos encargos do Secretário de Polícia assinar a caderneta (Weber, 1992). Este regulamento, composto por 11 artigos, se organizava a partir dos seguintes registros expostos:

Art. 1o- Serão consideradas a que se refere esta postura todos os indivíduos de condição livre de ambos os sexos que mediante salário mensal forem empregados de caseiro, copeiro, cozinheiro, criada de ama de leite e ama seca.

Art. 2o- Haverá para efeito do art. 1o na Secretaria Câmara Municipal um livro especial de inscrição no qual se anotarão de ordem seus nomes, idade, naturalidade, filiação e ocupação, um outro registro de todos os contratos, notas e observações, rubricadas pelo presidente.

Art. 3o- A Câmara fornecerá mediante o pagamento de 500 réis cadernetas, as quais conterão copia dessas posturas e nela lançarão o controle com os nomes do contratante, e suas residências que terão que ambos assinados.

Art. 4º- Dois meses depois da publicação dessa postura nenhum contratador poderá admitir o seu serviço pessoa compreendido no art. 1o sem que ao menos três dias depois se apresente à secretaria da Câmara para que seja lançado na respectiva caderneta o contrato a que se refere o art. 2o. Penas de 5, 000 e 10, 000 nas reincidências.

Art. 5o- Nenhum contratador poderá despedir os contratados compreendidos no art. 1o sem prévio aviso com antecipação de 10 dias, salvo justo motivos, uma enfermidade, embriagues, falta de respeito ou ócio e negligência; de que dentro 24 horas dará conhecimento a Secretaria da Câmara municipal para fazer-se a devida observação no livro de registro. Penas de 5, 000 a 10, 000 nas reincidências.

Art. 6o- Nenhum contratado no art. 1 poderá retirar-se da casa de seu contratador sem prévio aviso com antecipação de três dias; salvo enfermidade ou mau trato, o que deverá provar, sem o que perderá os dias que tiver de trabalhar. Penas de 5, 000 a 10, 000 nas reincidências e oito dias de prisão.

Art. 7o- Nenhuma ama de leite poderá contratar-se sem pagar um exame médico da Câmara Municipal para cujo fim a Câmara designará um dia na semana. O atestado médico será feito no respectivo registro e lançado na caderneta; o que se repetirá de três em três meses se ainda não estiver contratada. Pena de 10, 000 a 20, 000 nas reincidências.

³⁷ Coloquei esta palavra entre aspas, pois compreendo que a liberdade não foi efetivada a população negra dentro deste contexto do século XIX.

Art. 8o- **O contratador que despedir a contratada será obrigado a atestar na caderneta a conduta do mesmo, a fim de não prejudicar que falcidão a ter a terceiros; observando-se o que dispõe o art. 5o.**

Art. 9o- **Todo contratado que for demitido será obrigado logo o dia seguinte a apresentar-se a Secretaria da Câmara com sua caderneta para fazer a devida observação no livro competente.** Pena de 5, 000 a 10, 000 nas reincidências e oito dias de prisão.

Art. 10o- **O contratado que perder sua caderneta se apresentará logo a Secretaria da Câmara para que se dê outra com as notas e observações que constarem no livro e pagará estes 1000 réis exibindo atestado de seu último contratador se estiver lançado no livro competente.** Penas de 5, 000 a 10, 000 nas reincidências e oito dias de prisão.

Art. 11o- Os contratados que falsificarem suas cadernetas ou que sem elas se apresentarem para (...) caso as (...) (...) (...) código criminal.³⁸ (Porto Alegre, 1847, grifo nosso).

Diante desses artigos, que após serão anexados junto ao Código de Posturas, evidencia-se que a necessidade de uma regulamentação e maior vigilância se destinava principalmente ao trabalho dessas pessoas recém libertas que prestavam serviços em ambientes privados da cidade. Com isso evidenciamos que essa tal libertação não foi de fato efetiva para a população negra, pois com o passar dos anos mudaram as configurações, mudaram também as legislações, mas permaneceram os processos de exploração e opressão sobre os corpos negros. Dentro deste cenário alarmante, a autora Beatriz Weber irá destacar que Porto Alegre no final do século XIX:

Por volta de 1888, [...] contava com uma *população de 42.115* pessoas, sendo 23.697 de brancos de várias naturalidades, 1.380 alemães e 1.385 italianos, *6.903 pardos e 5.321 pretos, portanto, 29,02% de pessoas de cor.* Do total de 58 escravos na cidade em 1887, 13 dedicavam-se à atividade agrícola, 2 artísticas e 43 como jornaleiros. Era considerada uma cidade essencialmente comercial, o empório dos gêneros coloniais da província (Weber, 1992, p. 131-132, grifo nosso).

Tendo como base as interconexões que foram abordadas neste capítulo, fica explícito como as dinâmicas vigentes em meio a violência colonial serão apresentadas e manifestadas a partir das estratégias de controle e opressão advindas do município de Porto Alegre. Com o passar dos anos, tais estratégias de controle irão construir aparatos ainda mais sofisticados e atualizados de coerção, controle e dominação, com o objetivo de manter negras e negros na condição de escravizadas/os, mesmo que as legislações os considerem como libertos. Isto evidencia a manutenção da superexploração de seus corpos.

³⁸ Citação extraída do Código de Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: 1829-1888. Livro 1.8.1, p. 34.

6. A “QUESTÃO SOCIAL” É NEGRA: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL

A partir das reflexões que procurei tecer nos capítulos precedentes para contextualizar a questão racial e a questão social, tomando como referência o trabalho escravizado presente na Porto Alegre oitocentista, destaco aqui, para que não haja nenhum tipo de estranheza por parte de quem possa vir a ler este trabalho, que as contribuições apresentadas, muito embora ancoradas na perspectiva histórica, são resultado da investigação de uma estudante do curso de Serviço Social que devido à ausência dessas temáticas durante a formação, decidiu pesquisar e trazer este assunto como tema, fundamentado em referências do Serviço Social e outras áreas do conhecimento, como contribuição para a formação de Assistentes Sociais. Desse modo, na expectativa de reforçar a justificativa sobre a importância dessas análises para esta área, me apoio nas contribuições da Assistente Social Daniela Ferrugem, que destaca:

A formação sócio-histórica do Brasil é um dos pilares de sustentação da produção teórica do Serviço Social, sendo corrente e passivo o entendimento de que somos sujeitos históricos e, portanto, seria a historicidade de nossas relações sociais o ponto angular fundamental para uma práxis social ancorada nos princípios ético-políticos que regem nossa profissão. Portanto, o processo histórico, como totalidade, não é estanque e linear. Homens e mulheres constroem a história e a reescrevem no presente, à medida que vencidos e vencidas reivindicam seus lugares de luta e protagonismo, negados pelos vencedores que narram a história oficial, com apagamentos e distorções. A história narrada é disputada na luta de classes (Ferrugem, 2022, p. 45, grifo nosso).

A vista dessas reflexões trazidas pela autora é que adentro a área do Serviço Social neste último capítulo, a fim de observar como esta história está sendo contada. Busco assim compreender o porquê de tais apagamentos. Para isso, tendo como base o enunciado deste capítulo, me dediquei a pesquisar sobre como a dita Questão Social é compreendida e abordada pelo Serviço Social. Dessa forma, busquei as contribuições teóricas de intelectuais da área que pesquisam sobre este tema. Para iniciar, menciono o autor José Paulo Netto (2001), que traz em meio aos seus estudos, algumas análises referentes ao surgimento da expressão “questão social”, retomando alguns períodos históricos que foram basilares para se compreender as formas de reprodução desse fenômeno. Segundo o autor, o termo começou a ser popularmente usado na metade do século XIX. Contudo, as primeiras evidências do que se entende hoje como questão social, emergem dos resquícios deixados pelo processo de industrialização, no período do século XVIII, tendo como ponto de partida o contexto da Inglaterra. Assim, neste período histórico as questões advindas em decorrência da industrialização atreladas a ascensão do capitalismo, acabou causando inúmeros atravessamentos na vida da população trabalhadora em decorrência da pobreza extrema, esta que pode ser compreendida como o processo de pauperização. Segundo Netto (2001):

Pela primeira vez na história resgatada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (Netto, 2001, p. 42-43).

A partir desse contexto, é possível perceber que os níveis de reprodução da pobreza se destacaram e acabaram por se manifestar na vida desses trabalhadores, causando uma grave insuficiência dos meios de subsistência, visto que tais expressões surgiam de maneira constante e veloz. Contudo, é importante considerar que essa população não foi passiva a essas questões, pois houveram constantes protestos acerca do que estava em curso, conforme destaca o intelectual Ney Luiz Teixeira de Almeida (2016), quando descreve:

Os processos de luta protagonizados pela classe trabalhadora contra as precárias condições de vida e trabalho no transcurso do século XIX, mais particularmente, a partir dos eventos de 1848 na Europa, marcam uma inflexão importante no processo de consciência política do proletariado, de crítica à ordem burguesa, culminando em um novo estágio de denúncia e esforços de superação da exploração peculiar ao regime do capital, por conseguinte da situação de miséria que se acentua quanto maior é a riqueza socialmente produzida (Almeida, 2016, p. 81).

Logo, é a partir dessas configurações que as dimensões sociopolíticas se apresentam, resultando assim na constituição do termo “Questão Social”. A cerca dessas circunstâncias, houve a necessidade de apontar todos os atravessamentos resultantes de um conjunto de expressões, por isso “Questão Social”. Com isso, a partir de contribuições sintetizadas por Marx em sua obra intitulada *O Capital*, Netto (2001) irá destacar sobre o sistema que dará origem a essa “Questão Social”, antes nominada como pauperização, pode-se apreender que:

[...] a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital trabalho - a exploração. A exploração, todavia, apenas remete a determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer uniausalidade, ela implica a interferência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc (Netto, 2001, p. 45-46).

O autor afirma que a Questão Social surge por conta da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e nessa relação, a pessoa que estará exposta a tamanha alienação, terá uma perda significativa de uma série de elementos que são essenciais para o indivíduo em uma sociedade. Contudo, é importante considerar que as ideias expressadas por José Paulo Netto se baseiam em uma análise conjuntural da Europa, não refletindo assim as particularidades da sociedade brasileira. Pode-se compreender que para o autor a Questão Social é entendida como o resultado de uma série de expressões sociais manifestadas na sociedade e que emergem da exploração. Netto (2001) ainda salienta que esta questão ganhará potência na metade do século XIX, no contexto europeu. Todavia, não se pode deixar de considerar que em território brasileiro tais questões já se manifestavam antes mesmo deste

período, em decorrência da diáspora africana e da escravização, elementos que já discorri nos capítulos anteriores deste estudo. A partir das evidentes lacunas deixadas por José Paulo Netto em suas análises voltadas a contextualização desse fenômeno, a partir de um lugar específico do globo, neste momento direciono o olhar ao contexto brasileiro, a fim de entender como as/os intelectuais da área do Serviço Social destacam e evidenciam as marcas da Questão Social expressas sobretudo neste país. Dessa forma, ao me debruçar sobre os estudos desenvolvidos pelo autor Ney Luiz Teixeira de Almeida, identifico que:

[...] o trabalho vivo se constituiu na única possibilidade de criar um valor que contenha mais-valia, as condições de reprodução do próprio capital dependem, sobremaneira, da reprodução das condições de exploração do trabalho humano (Almeida, 2016, p. 80).

Acerca das reflexões expostas pelo autor, novamente faço referência ao processo histórico de estruturação deste país, o qual foi construído sob o extermínio de povos indígenas e escravização de pessoas pretas. A raiz dessa estruturação sempre esteve ancorada na exploração do trabalho desses grupos historicamente marginalizados e o racismo foi o instrumento utilizado para o surgimento do capitalismo neste país. A vista disso, Almeida (2016) ainda acrescentará que:

A emergência da “questão social” no Brasil encontra-se enraizada no particular processo de transição da produção de base escravocrata para uma ancorada na efetiva generalização do trabalho livre. O processo de manifestação dos antagonismos de classe no início do século XX no Brasil assumiu formas que ao mesmo tempo configuraram a tipicidade das relações sociais próprias ao capitalismo competitivo, assim como expressavam a permanência de traços herdados de um passado colonial (Almeida, 2016, p. 82).

Em diálogo com os apontamentos do professor Ney Teixeira de Almeida e tendo como base as construções que foram desenvolvidas em meio aos demais capítulos deste estudo, compreendo de maneira bem elucidativa que no contexto brasileiro a questão social emergiu a partir do processo de escravização, deixando marcas prejudiciais naquele período histórico, assim como graves resquícios na atualidade. Desse modo, outra intelectual que irá discorrer sobre o tema é a professora Marilda Yamamoto (2015), que também abordará em seus estudos algumas evidências históricas da questão social em contexto brasileiro, destacando como essas expressões surgiram e se fizeram presentes neste país. A autora atenta para o fato de que todo o processo emerge de uma estrutura de sociedade com características coloniais e patrimonialistas que irão estabelecer as formas e condições das relações sociais do período. Além disso, a intelectual aponta que não existem novas expressões dessa questão social, pois segundo ela, são as mesmas expressões sob novos moldes que se mantêm erguidas por conta de uma estrutura que coopera para que este sistema se apresente através de novos

instrumentos para a manutenção da escassez, controle, violência e poder. Tendo em vista as análises elencadas, não foi possível observar neste estudo de Yamamoto a sua contextualização e crítica ao período colonial, este que foi cenário para a exploração de mão de obra escravizada. Nesse sentido, ao fazer escolhas e optar por não tratar sobre determinados acontecimentos deste período de forma racializada, a autora abrirá o debate sobre a questão social no Brasil tendo como ponto de partida o período oligárquico, que data de 1894 a 1930. A partir deste período do século XX como referência para análise, a intelectual tece a sua crítica ao trazer o contexto das condições de trabalho de imigrantes recém-chegados ao país “[...] que vinham cobrir as necessidades de suprimentos de mão-de-obra no campo e na cidade” (Yamamoto, 2015, p. 136). Acerca deste contexto, abro aqui um parêntese para ressaltar que esses imigrantes, conforme já trouxe em capítulo anterior, tanto no século XIX quanto no século XX, acabavam por ocupar funções que pessoas negras já na condição de libertas eram proibidas de ocupar, em decorrência das questões advindas do racismo, pois conforme a intelectual Renata Gonçalves (2018):

O discurso dominante proclamava que estes(as) ex-cativos(as) não eram qualificados o suficiente para ajudarem a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista. Aqui se consolidavam as ideias racistas que ganhavam status de verdadeira ciência no século XIX (Gonçalves, 2018, p. 516).

Com isso pode-se concluir que é a partir da exploração da força de trabalho não-negra, sobretudo no âmbito rural, implicado às péssimas condições de subsistência de trabalhadores assalariados desprovidos de direitos políticos, que Yamamoto discorre sobre o surgimento da questão social no Brasil.

No entanto, embora a autora destaque que “o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente” (Yamamoto, 2015, p. 128), se faz ausente a crítica de que tais expressões que atravessavam de forma latente a vida de trabalhadores imigrantes na condição de assalariados daquele período são resultado de um processo não tão distante do momento histórico que estava sendo objeto de análise e que colocava uma grande parcela da população negra em situações de desproteção dos direitos mais básicos de subsistência. A população negra recentemente liberta, acima de tudo era negado o direito à humanidade. A partir do exposto, fica evidente o apagamento por parte desses autores da situação desumana a que pessoas negras neste período e em períodos anteriores estavam expostas, ao não apontarem que o processo de constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira se deu sob a escravização de pessoas negras e sempre esteve ancorada na exploração do trabalho desses grupos considerados animalizados e ao mesmo tempo, marginalizados. Como resultado desse processo, a população negra acabará

sendo colocada no lugar determinante de classe perigosa, vista como a suja, a violenta e até mesmo entendida como um animal, para que assim fosse impedida de ter a possibilidade de ser devidamente inserida na sociedade e tratada como uma pessoa, respeitada em sua subjetividade, pois conforme aponta a Assistente Social Maria Zelma Madeira:

A esse grupo étnico foi negado a humanidade, diante do tratamento discriminatório por meio de insultos raciais, institucionalização de imagens estereotipadas e negação de lugares de qualidade na estrutura social [...] (Madeira, 2022, p. 80).

É sob essa classificação de classe perigosa e animalizada que a população negra irá transitar da condição de ex-escravizadas/os para a “escória da escória do proletariado em formação” (Fernandes, 2008). E assim, não tendo a possibilidade de se fazer parte integrante da classe trabalhadora da época, conforme salienta Renata Gonçalves:

[...] o defeito de cor da população ex-escravizada imputou enormes obstáculos para que esta se constituísse como parte, de fato, da classe trabalhadora, dificultando, inclusive sua constituição como exército industrial de reserva. Comprimidos nos porões da sociedade, os (as) negros ou estavam destinados a morrer, com vidas nuas, supérfluas e, portanto, facilmente descartáveis ou se constituíam como um viveiro de mão-de-obra barata (Gonçalves, 2018, p. 518).

Paralelo a essas percepções, fica evidente que as marcas desse período histórico estruturaram as relações sociais na sociedade de classes a partir do modo de produção marcado pelo capitalismo dependente e que apresentam graves resquícios desse processo na atualidade. Disto é possível apreender que:

O capitalismo não se desenvolve sempre da mesma maneira e não caminha sempre para o mesmo ponto. É necessário ir para além das determinações mais universais do modo de produção e também buscar ultrapassar os limites postos por análises centradas em processos históricos muito distintos do nosso, rompendo com o pensamento colonizado, em geral, e o eurocentrismo, em particular (Santos; Machado; Teixeira; Brettas, 2023, p. 9).

Partindo destas evidências e compreendendo o processo de escravização e exploração da força de trabalho, pode-se afirmar que o racismo se constituiu como base fundante para o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Entretanto, mesmo diante de tais evidências históricas (Gonçalves, 2018) ainda é possível encontrar bastante resistência por parte do Serviço Social quanto a compreensão da relação entre a questão social e a questão racial neste país. Ainda que haja resistências nesse sentido, identifico que é mediante a esses desdobramentos do período colonial que a questão social irá emergir no contexto brasileiro, pois esta é resultado das consequências advindas do racismo, que corroborou e ainda corrobora para os processos de precarização, miserabilidade e mortalidade da população negra. Nesse sentido, tendo como base tudo o que foi descrito e abordado em meio aos capítulos desta pesquisa até aqui, posso afirmar sem sombra de dúvidas que a questão social neste país é negra. E dentro deste contexto fica a compreensão de que a questão racial é um

elemento advindo do processo de escravização e que a questão social se funda a partir dos resultados causados pela questão racial neste país, e não ao contrário, como alguns autores insistem em pautar. O que consegui evidenciar foram alguns exemplos de como o Serviço Social vem dialogando ao longo desses anos sobre essas questões, ao não considerar as particularidades referente às questões sócio-históricas para a construção deste país como referencial para a elaboração de suas análises e estudos, conforme aponta a Assistente Social Daniela Ferrugem ao trazer alguns questionamentos:

Como este sistema de tamanhas proporções, que perdurou por quase 400 anos, sendo o Brasil o último país a encerrar o tráfico de pessoas, pode, ainda, ser negligenciado quando se discute formação sócio-histórica? Reproduzimos à exaustão o discurso sobre o surgimento da classe trabalhadora no início do século XX e seus processos organizativos a partir da chegada dos europeus migrantes e [...] como eles foram responsáveis por trazer “as correntes anarquistas e socialistas que possibilitaram, na década de 30, a explicitação de uma questão social no país. Contudo, o trato da questão social e o trabalho nas políticas sociais carregam o imperativo da apreensão totalizante da formação social brasileira, incluindo a escravização que percorreu grande parte da história do Brasil e as consequências deste processo na atualidade. [...] Dessa maneira é preciso reposicionar a discussão da questão social, tendo também por fundamento a questão racial, considerando os impactos do colonialismo e do racismo na sociedade brasileira (Ferrugem, 2022, p. 58-61-65).

A partir dessa importante reflexão acerca de como o Serviço Social vem abordando, ou melhor, inviabilizando a questão racial dentro de seus debates e estudos, também faço menção aos questionamentos da professora e Assistente Social Renata Gonçalves, quando diz:

[...] por que o Serviço Social ainda guarda reticências em perceber que a questão racial é nuclear à questão social? Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo, qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? (Gonçalves, 2018, p. 520).

Dando continuidade as elaborações teóricas sobre a questão social e a questão racial, a partir das contribuições dessas Assistentes Sociais, destaco que o Serviço Social ao não trazer para o centro do debate as questões advindas do racismo e da escravização, está negando esta realidade e contribuindo para o apagamento de um passado que foi extremamente marcado pela violência, estigmatização e desumanização de negras e negros neste país, cujas marcas ainda persistem em todos os âmbitos da sociedade, com importantes evidências nos lugares de poder econômico e político, nos espaços de produção de conhecimento e de reconhecimento intelectual e no campo dos direitos humanos e políticas públicas. Desse modo, ao elencar os espaços de produção de conhecimentos, ressalto que o Serviço Social ainda não está aberto ao diálogo de colocar a questão racial em pauta central de análise, pesquisa e discussões. É recorrente enxergar este tema ser pautado nesses espaços de ensino sempre como um recorte, um subtema, um subproduto ou até mesmo uma mera expressão da questão social. Outro

exemplo atrelado ao processo de ensino aprendizagem estará expresso na ausência dessas questões em meio aos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social, em que pouco se observam disciplinas dedicadas a discorrer sobre as questões de raça e etnia por exemplo. Desse modo, tais lacunas acabam por prejudicar e trazer limitações ao processo formativo, acarretando desafios no âmbito profissional e no atendimento junto à população usuária. Acerca deste ponto, me filio às análises de Márcia Campos Eurico, quando afirma:

[...] a percepção dos profissionais de Serviço Social sobre o racismo no Brasil é permeada, via de regra, por distorções quanto aos determinantes históricos que fortalecem tal ideologia e reitera ideias presentes na vida cotidiana e absorvidas pelo senso comum. Quando indagados sobre as implicações dos valores morais do profissional atendimento ao usuário, os profissionais admitem que eles podem interferir negativamente e traduzir-se em atitudes preconceituosas, se não houver uma apreensão do sujeito, na sua totalidade, mas tal reflexão permanece no campo abstrato. Há uma dificuldade em materializar tais elementos em práticas democráticas (Eurico, 2017, p. 423-424).

Nesse sentido, consigo perceber a importância e urgência desse debate no meio acadêmico do Serviço Social, para que assim possa repercutir na formação de profissionais mais qualificados a fim de atender às demandas dessa população, pois frente a tudo que foi evidenciado ao longo deste estudo, não é difícil compreender que a população usuária que mais acessa, depende e constrói as políticas sociais públicas neste país são majoritariamente caracterizados por pessoas pobres, periféricas e negras, tendo em vista os resquícios deixados pelo processo sócio-histórico de constituição e desenvolvimento deste país. Ainda sobre as questões advindas do processo formativo, não posso deixar de destacar que tamanha invisibilização e apagamento operam fortemente para a manutenção do epistemicídio (Carneiro, 2005) presente nessas instituições de ensino. Acerca disso, nos estudos de Daniela Ferrugem (2022), é dada atenção ao fato de que o Serviço Social ainda se utiliza dos mesmos autores para compreender e destacar as complexidades da formação sócio-histórica deste país. Contudo, se faz necessário avançarmos para uma atualização de autores e de conteúdos a serem abordados nessa área, para que o Serviço Social possa dar conta de analisar e refletir sobre as particularidades e especificidades que atravessam a vida da população, a partir do entendimento de que tais configurações são resultantes dos “impactos da escravidão e do racismo na dinâmica das relações sociais” (Eurico, 2017, p. 424), que constantemente manterá determinados perfis de usuários em semelhantes espaços de violação, opressão e desigualdade social neste país.

Nesse sentido, ainda que haja um constante negligenciamento, apagamento e epistemicídio na área do Serviço Social acerca da questão racial e dos temas que envolvem as questões étnico-raciais, não posso deixar aqui de mencionar o importante movimento das

intelectuais e Assistentes Sociais negras que me antecedem e que tive a oportunidade de citar ao longo deste estudo. Com isso, a possibilidade de citá-las só foi possível, pois todas essas mulheres negras já há muitos anos embasadas por um compromisso ético-político, estão subvertendo a norma e “erguendo a voz” (hooks, 2019) ao expor as suas produções intelectuais pautando as questões étnico-raciais no âmbito do Serviço Social, há despeito de qualquer tipo de resistência que a área insiste em estabelecer em torno deste tema. Outro ponto que não posso deixar de destacar é sobre o movimento de estudantes negras e negros cotistas, que a partir da implementação da política de cotas dentro da universidade desde 2012³⁹, estão conseguindo propor e debater mudanças significativas, atreladas às questões que envolvem raça e etnia, ao se propor a pesquisar e estudar temas invisibilizados e quase nunca explorados pelo âmbito acadêmico. Ao passo que, constantemente estão reivindicando que esses assuntos adentrem aos currículos do curso, não só como cadeiras eletivas, mas para que todas as pessoas em formação possam ter acesso a esses conteúdos necessários para o desenvolvimento mais qualificado do fazer profissional. Diante desses apontamentos, aproveito para reafirmar que uma profissão que tem entre os princípios de seu código de ética os seguintes, deve ter um compromisso explícito com a mudança prática da formação em Serviço Social, no que tange a questão racial:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à **participação de grupos socialmente discriminados** e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física⁴⁰ (CFESS, 1993).

Assim sendo, o Serviço Social não pode deixar de considerar essas questões como partes centrais de estudos e análises, para que tais questões não fiquem só como compromisso de mulheres e homens negras e negros em formação, mas de todos os profissionais da área. Este é um compromisso ético-político que todas e todos devem assumir para que assim, possam colaborar para a diminuição dessa desigualdade e sistemas de dominação e exploração que se encontram neste país. Sabemos que os caminhos são inúmeros e

³⁹ BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 20 set. 2024.

⁴⁰ Citações extraídas do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

desafiadores, mas com o entendimento de uma profissão que possa vir a colaborar com esse compromisso no âmbito coletivo, podemos vir a desenvolver espaços e alternativas possíveis em meio a esse processo em construção.

7. À GUISA DE CONCLUSÃO

Diante das reflexões apresentadas ao longo deste texto, destaco que este trabalho de conclusão de curso se propôs a trazer para o centro do debate a história não contada, a história que rotineiramente é apagada e invisibilizada pela sociedade e pelos currículos dos cursos de graduação deste país. Nesse sentido, ousou em subverter a norma do que geralmente é proposto pelos currículos acadêmicos e sem pudor algum me comprometi a pesquisar sobre a história social do trabalho de negras e negras escravizadas/os da Porto Alegre do século XIX. Em meio a este percurso, consegui identificar a presença negra na cidade a partir dos mais variados fazeres e configurações deste trabalho escravizado. Também aprendi algumas características dessa população e as suas formas de resistência em meio a condição que estava posta naquele período histórico. Assim, identifico em meio a esse processo que a presença negra na cidade de Porto Alegre estava em toda parte e as suas contribuições foram extremamente importantes para o desenvolvimento da cidade naquele período, a qual dependia majoritariamente do trabalho executado pelas mãos de negras e negros na condição de escravizada/os e de libertos. Diante do exposto, também faço menção aos trabalhadores que levam o nome do título deste trabalho. O papel social dessas pessoas ao executar este trabalho, considerado como um dos mais degradantes, foi um dos mais importantes e necessários em um período em que não se tinham políticas públicas voltadas ao saneamento da cidade.

Com isso, este estudo me propiciou entender alguns dos processos que o município vinha desenvolvendo no âmbito da limpeza, do abastecimento de água e esgoto, sendo este último constantemente invisibilizado e com poucas proposições de ações para a sua construção e desenvolvimento, ainda no século XIX. Foi perceptível que trabalhadoras/es negras e negros estavam muito presentes em todas as primeiras práticas voltadas ao saneamento daquele período, seja por meio da sua inserção nos trabalhos de pipeiros e aguadeiros para o abastecimento de água, na questão da limpeza da cidade, em que muitos ainda estavam como prisioneiros, até a mais importante questão, a dos carregamentos de excrementos fecais das casas dos senhores-proprietários para serem descartados no Rio Guaíba. A partir dessas questões também observo que uma certa parte da população da época que também residia na cidade de Porto Alegre, constantemente rejeitava e estigmatizava essas pessoas negras, colocando-as sempre em lugares subalternos. Em contraponto, percebo que essa mesma população que as oprimia dependia diretamente das pessoas negras para carregar a sua própria merda e transportar pelas ruas da cidade até o seu despejo no destino, estabelecido pela Câmara Municipal. Diante do que foi possível analisar neste estudo, consigo

afirmar que o papel social de trabalhadores carregadores denominados *cabungueiros*, embora classificado como o trabalho mais vil naquele período, foi sem sombra de dúvidas dentre todos os trabalhos executados, o mais importante para a cidade de Porto Alegre no século XIX.

Também foi possível identificar as práticas coercitivas que o próprio município utilizava para a manutenção da violência e domínio sob esses corpos negros que transitavam pelas ruas da cidade. A partir das Atas da Câmara e do Código de Posturas Municipais, consegui perceber como esses trâmites aconteciam e como essas normas eram constantemente direcionadas a essa população. Outro ponto que se fez evidente foram as táticas do município, apoiadas pelos senhores proprietários, que ao tratarem essa população constantemente como meras mercadorias, faziam essa roda girar sempre a benefício próprio, com o objetivo de manter as relações de mão de obra superexplorada, fato que também respaldou a manutenção dos atos de violência física. Com o passar dos anos, nada foi feito para que os açoites parassem de ocorrer. O único ponto que mudou foi o zelo pela necessidade de silêncio, quando da execução desta ação de tortura.

Ainda sobre as relações de senhores proprietários e o município, com o objetivo de evidenciar esta parceria, trouxe ao longo deste estudo a materialização desse processo, ao identificar uma espécie de primeira carteira de trabalho desenvolvida ainda no século XIX, denominada como caderneta dos criados, que surgiu a partir de regulamento anexado ao Código de Posturas Municipais. O código tinha como objetivo garantir a dominação sob o trabalho exercido por mulheres e homens negros naquele período. Por fim, ainda destaco o papel do Serviço Social em meio a este debate, salientando a importância dos estudos acerca da questão racial em seus currículos de ensino como urgente contribuição à formação, por trazerem possibilidades para a superação do racismo que atravessa corpos de negras e negros, dado as os processos históricos de formação desse país.

Nesse sentido, destaco que ainda se faz necessário que o Serviço Social se comprometa, a partir de tudo o que pode ser observado por meio deste estudo, a aprofundar as suas análises acerca do debate da questão racial, assim como trazer para dentro de seus currículos acadêmicos, obras de intelectuais negras e negros que abordem as questões étnico-raciais, para que esse compromisso não fique só sob a responsabilidade de estudantes negras e negros nos espaços de formação. Por fim, saliento que dada as questões da formação sócio-histórica deste país, perpassada por constantes repressões e violências até chegarmos diante desses desafios contemporâneos, almejo que o Serviço Social, ancorado em seu histórico de luta e enfrentamento aos retrocessos, se comprometa com a construção de um

futuro mais justo e equânime, no qual a vida da população negra seja realmente valorizada e respeitada em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Questão social e Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA, Maria Liduína de *et al.* **Serviço Social no Brasil**: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. Cortez Editora, 2016. p. 77 a 98.

AUGUSTI, Marcelo Roberto Andrade. O andar a pé como fator de distinção social no Brasil do século XIX. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 408-434, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36449/rth.v23i1.20637>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ÁVILA, Vladimir Ferreira de. **Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento**: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900). 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3945/1/000425495-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Alisson Ferreira. **Trajetos e percursos**: das (im) possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia. 2016. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157424>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BELARDINELLI, Lilhana. **Do serviço doméstico**: cotidiano das criadas negras em Porto Alegre, 1880-1888. 2009. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21321>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 3 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros Para Atuação De Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros**. 2020. 309 f. (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_91192809b8158881e48927098e74cd8d. Acesso em: 20 set. 2024.

COSTA, Tainara Machado. Dos negros tigrés à política de saneamento: resquícios do processo escravagista na sociedade brasileira. *In*: MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERRUGEM, Daniela; ROSA, Cíntia Marques da (Org.). **Debates antirracistas: direitos humanos e políticas sociais**. Porto Alegre: CirKula, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/254105>. Acesso em: 03 ago. 2024. p. 25-28.

COSTA, Tainara Machado; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Dos Trabalhadores Tigres Aos Cabungueiros: a presença negra nas formas de asseio do porto alegre oitocentista. racismo. *In*: MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Racismo, Relações de poder e História Negra em Porto Alegre: séculos XIX-XX**. Porto Alegre: Evangraf: ISCMPA, 2023. Disponível em: <ebook-racismo-relações-de-poder-e-história-negra-em-porto-alegre-séculos-xix-xx.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024. p. 102-121.

EURICO, Márcia Campos. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**. Brasília, 2017. p. 414-427. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v19i41.14947. Acesso em: 8 ago. 2024.

EURICO, Márcia Campos. **Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17519>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. São Paulo: Globo, 2008.

FERRUGEM, Daniela. **A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em serviço social**. 2022. 130 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10518>. Acesso em: 03 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. SP: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4928667/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em: 8 ago. 2024

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo, Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2015.

JUNIOR, Assis. Dicionário kimbundu-português. **Linguístico, Botânico**, 1947.

KILOMBA, Grada. Prefácio: Fanon, existência, ausência. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Ubu Editora, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2006

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Avanços e Desafios do debate sobre a questão racial no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 22, nº44, p. 75-90, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n44p75-90>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia** 5. ed. México: Era, 1972.

MARX, Karl. O Fetichismo Da Mercadoria E O Seu Segredo, *In*: **O Capital**, Vol. 1. 1867.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria - Porto Alegre (1858 - 1888)**. Ed. PUCRS. 1996.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 1a ed. São Paulo, Anita Garibaldi, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. São Paulo: Autêntica Editora, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, Brasília, Ano 2, nº 3, p. 41-50, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. N. C. (1988). A mediação na prática profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**.

PORTO ALEGRE. **Camara Municipal. Posturas Policiaes da Camara Municipal da Cidade de Porto Alegre: aprovadas pelo Conselho Geral da Provincia**. Porto Alegre: Typographia do Commercio na Rua da Praia, 1847.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1825-1835.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994. Livro V. VII. p. 9.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1825-1835.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1999. Livro V. VII, 17 dez. 1835. p. 168.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1830-1832.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994. Livro V. II, 29 e 30 out. 1829. 11 dez. 1830. 29 set. 1831. p. 59-72-96.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1832-1835.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1999. Livro V. II, 12 e 22 ago. 1833. 13 set. 1833. 15 jan. 1834. p. 130-131-134-140.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1846-1855.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1999. Livro V. XIV, 08 jan. 23 jun. 1853. p. 173-209.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1866-1875.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 2001. Livro V. XI, 11 fev. 1868. p. 66.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1866-1875.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 2001. Livro V. XI, 10 abr. 1872. p. 165.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1883-1887.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 2004. Livro V. XX, 01 mar. 02 set. 1884. p. 239-240-227.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1886-1900.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 2004. Livro V. XIII, 24 dez. 1886. p. 20.

PORTO ALEGRE. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1886-1900.** Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 2004. Livro V. XIII, 09 jan. 1886. p. 46.

PORTO ALEGRE. **Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal.** Livro 24, 8 ago. 1856.

PORTO ALEGRE. **Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.** Livro 1, 1855, p. 8.

RAMOS, Débora Oliveira. **Estado Brasileiro, Dispositivo de Colonialidade e Seguridade Social: entre fazer e deixar morrer a população negra.** 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/37472>. Acesso em: 8 fev. 2024.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930).** 2015. 278 f. Tese (Doutorado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo,

2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4990>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SANTOS, Guarani. **A violência branca sobre o negro no Rio Grande do Sul (1725-1889)**. 2 ed. Livraria Ponto Negro Brasileiro, 1990.

SANTOS, Josiane Soares; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; TEIXEIRA, Rodrigo; BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, trabalho e resistências populares. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 45, p. 6-16, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p6-16>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SOUZA, Andréa Dias Cunha. **Tigres: “tristes operários do labor imundo”**. Niterói: PGCA-UFF, 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado Ciência Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)**. 2007. 120 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27246>. Acesso em: 02 ago. 2024.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800–1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. São Paulo: Hucitec, 2021.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. 1992. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/267840>. Acesso em: 03 ago. 2024.

WEIMER, Gunter. Alemães em Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 161, p. 53-82, dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/118787>. Acesso em: 8 fev. 2024.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007). Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_094f3abf0ce24d695a8059fb29dfbe62. Acesso em: 20 set. 2024.

ZANETTI, Valéria. **Calabouço urbano: Escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)**. Apresentação de Mário Maestri. Passo Fundo: Editora Universitária: Universidade de Passo Fundo1, 2002 p. 240 (Coleção Malungo, 6).

APÊNDICES

**Apêndice A - Tabela 1: Instrumento para a coleta de dados bibliográficos -
REPOSITÓRIO SCIELO**

ÁREA	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE	RESUMO
HISTÓRIA	ARTIGO	2007	Nos tempos dos tigrés: o indesejável transporte dos dejetos no Recife oitocentista	Recife, higiene, sensibilidade olfativa	Este artigo trata da falta de salubridade como uma constante na paisagem das principais cidades brasileiras em meados do século XIX. Discutimos os relatos de cronistas e viajantes sobre a realidade cotidiana, em contraste com o ideário oriundo da Europa que, propagava a cidade como o "locus" de modernidade, civilidade e higiene. O Recife sofria nesse período, com sérios problemas oriundos do "inchaço" populacional e com um abastecimento de água insuficiente para atender a demanda crescente. A inexistência de um sistema de esgotamento fazia com que os dejetos e "águas servidas" produzidas no interior das moradias fossem removidos manualmente por escravos, exalando nas ruas um infecto odor. Um mal estar generalizado e cotidianamente denunciado nos jornais da cidade.
HISTÓRIA	ARTIGO	2008	Por Uma História do Lixo	lixo; restos; cidade; história; legislação	O artigo aborda algumas dimensões da história do lixo na cidade de São Paulo e no Brasil. A análise se inicia no século XIX, período em que as ameaças causadas pelas epidemias conferem novos significados ao lixo, enquanto as autoridades municipais e estaduais criam 'normas' para organizar os espaços da cidade, os locais de despejos do resto e as formas de coleta. Ao mesmo tempo, ganha corpo o debate sobre a utilização do método incineratório para dar cabo dos dejetos e, por extensão deste, a atividade dos trapeiros passa a ser considerada nociva para o conjunto da cidade. A análise desse debate revelou a emergência de algumas intolerâncias novas em relação ao lixo. Essa abordagem se estende até a

					década de 1970, época que representa um novo marco para a história do lixo. Surgem alguns objetos novos, como o saco plástico. Algumas instituições públicas são criadas, e outras, reformuladas, para dar conta das novas preocupações com os restos. Evidenciou-se nesse percurso que o lixo foi se tornando algo rentável, alvo de disputas entre empresas e entre interesses diversos, intensificando seu processo de fragmentação. Procurou-se perceber como a noção de lixo que temos hoje foi construída historicamente.
HISTÓRIA	ARTIGO	2018	Quem não é visto não é lembrado: uma análise histórica do trabalho com o lixo no Brasil no tempo presente	Coletor de lixo urbano no Distrito Federal. Precarização. História do tempo presente. História dos conceitos. Invisibilidade social. Esquecimento. Memória	O objetivo deste estudo é a análise das condições de trabalho dos coletores de lixo urbano no Distrito Federal, sob a perspectiva da história do tempo presente. Para tanto, inicialmente foi realizada revisão bibliográfica sobre a história dos conceitos referentes ao trabalho com o lixo no passado recente, em especial acerca dos verbetes utilizados desde o período da escravidão para denominar os indivíduos que exercem atividades de coleta do lixo doméstico. Em seguida, foi utilizado o método indutivo na pesquisa de campo realizada no Museu da Limpeza Urbana, no Sol Nascente-DF, a fim de estabelecer possíveis relações entre invisibilidade, esquecimento e marginalização social. Concluiu-se que a invisibilidade e o esquecimento configuram manifestações da negação da existência que se amparam em padrões sociais pré-reflexivos, definidos pelas classes dominantes e inconscientemente incorporados à hierarquia moral do trabalho, resultando na marginalização jurídica dos coletores de lixo. Verificou-se ainda a necessidade de ruptura com padrões linguísticos que reforçam e alimentam a situação de precarização do trabalho com o lixo, bem como a premência de substituição por terminologias adequadas e que respeitem a dignidade da pessoa humana.

HISTÓRIA	ARTIGO	2019	O Andar a pé como fator de distinção social no Brasil do século XIX	Caminhada; Cultura e Sociedade; Estilo de Vida; Usos e Costumes	Ao se considerar o contexto econômico e cultural do século XIX e as transformações ocorridas nos modos de vida da sociedade brasileira da época, posteriormente à chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, o artigo propõe analisar a caminhada como elemento de distinção social, conforme as atividades e eventos relacionados à sua prática e a quem dela fazia uso.
----------	--------	------	---	---	---

Fonte: Autora (2024).

**Apêndice B - Tabela 2: Instrumento para a coleta de dados bibliográficos -
REPOSITÓRIO CAPES**

ÁREA	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE	RESUMO
HISTÓRIA	DISSERTAÇÃO	2009	RECIFE: Entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845	Saúde Pública, Higiene, Recife, Século XIX	Este trabalho tem por objetivo historicizar a construção do discurso da higiene como elemento norteador de mudanças de caráter estrutural, ocorridas no Recife, entre 1831 a 1845. Ao analisar os relatos de cronistas e viajantes sobre realidade cotidiana, deparamo-nos com ruas estreitas e sujas, falta de água potável e hábitos considerados incivilizados pelo olhar do “outro”. Tal cenário contrastava com o ideário vindo da Europa, em voga na época, que propagava a cidade como o "locus" de modernidade, civilidade e higiene. Examinamos os investimentos discursivos do poder público e dos médicos na construção de uma nova sensibilidade em relação à sujeira e à limpeza do Recife, durante a primeira metade do século XIX. Embasados nos pressupostos da Medicina Social, esses discursos começam a se materializar por meio da adoção de medidas sistemáticas direcionadas ao combate do lixo e imundícies que infestavam a cidade, comprometendo a saúde da população e dificultando as transações econômicas. Foi em torno da discussão acerca das condições de salubridade da cidade que surgiram algumas questões que procuramos responder ao longo do trabalho. A edição do Código de Posturas Municipais (1831)

					representou uma tentativa de normatizar o espaço urbano, por meio de dispositivos proibitivos aos hábitos corriqueiros, pautados como “insalubres”. Focamos nossa análise na atuação dos médicos, responsáveis pela criação de associações de caráter consultivo, como o Conselho de Salubridade Pública (1845), que propunha instituir uma constituição médica para cidade. Consideramos que observar os dispositivos legais que foram utilizados com a finalidade de modificar hábitos acerca da salubridade do espaço urbano pode nos dizer bastante sobre os sujeitos históricos e sobre a própria concepção de saúde no século XIX
HISTÓRIA	DISSERTAÇÃO	2010	SABERES HISTÓRICO S E PRÁTICAS COTIDIANAS SOBRE O SANEAMENTO: DESDOBRAMENTOS NA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XIX (1850-1900)	História. Saneamento. Hipócrates. Porto Alegre. Século XIX	O trabalho aborda do ponto de vista histórico a forma como teria se processado os serviços de saneamento da cidade de Porto Alegre no século XIX. Para isso, desenvolvemos um estudo que se divide em três partes. Na primeira, discorremos sobre a história do saneamento desde a antiguidade até o século XIX, destacando a importância da obra de Hipócrates “Ares, águas e lugares” como elemento a dar base ao desenvolvimento de ações empreendidas sobre o saneamento das cidades ao longo do tempo. Na segunda parte, destacamos a influência do pensamento hipocrático nas ações públicas direcionadas ao saneamento da Porto Alegre oitocentista, ressaltando a participação dos diferentes agentes históricos, os quais denominamos de “agentes do saneamento”, como componentes essenciais no desenvolvimento desta história. Para encerrar, tratamos na terceira parte sobre a contínua relação existente na cotidianidade da cidade entre os agentes do saneamento (indivíduos), os saberes (hipocráticos) e as epidemias (doenças), como elementos que davam suporte às políticas públicas empreendidas sobre o espaço social da cidade. É visualizando esta constante interação, que procuramos descrever o processo de passagem ou de deslocamento entre um dado ideal de limpeza e conseqüentemente de saúde para um

					<p> dado momento em que a saúde (coletiva) passa a ser percebida como o ideal de higiene.</p>
HISTÓRIA	DISSERTAÇÃO	2011	<p>LIXOS, ENTULHOS E IMUNDICES. A ORDEM NAS RUAS DE SALVADOR (1834-1855)</p>	<p>Lixo; Cidade; População; Civilização; Políticas Públicas; Século XIX.</p>	<p>O século XIX foi marcado pelo forte apelo cientificista e, por sua vez, civilizatório. Balizados em teoria médicas, regras e posturas municipais foram elaboradas na tentativa de civilizar os costumes a população, não apenas no domínio do privado, mas, principalmente, no campo público. No que se refere ao tratamento do espaço urbano, Salvador, no início do século XIX, não fugiu a regra quanto ao ambiente sujo e insalubre que constituía o panorama das grandes cidades brasileiras como Recife e o Rio de Janeiro. Dessa forma o trabalho busca identificar a organização do espaço urbano na Cidade de Salvador, no período de 1834-1855, as relações entre os indivíduos e o destino dos produtos de resíduos materiais (lixo) e suas conseqüências para a saúde da população naquele momento histórico.</p>
HISTÓRIA	DISSERTAÇÃO	2022	<p>A natureza do serviço: o lixo como questão de HIGIENE urbana no Rio de Janeiro (1865-1940)</p>	<p>Lixo. Rio de Janeiro. Limpeza Urbana. Metabolismo Urbano. História Ambiental Urbana.</p>	<p>No período entre 1865 e a década de 1940 a Ilha de Sapucaia, no interior da Baía de Guanabara, era usada como vazadouro de lixo pelos moradores do Rio de Janeiro. Desde o século XVII era relatado o uso de espaços alagadiços para despejo de material fecal, cadáveres, restos de comida e outros produtos provenientes do corpo social e dos animais residentes na sotonatureza carioca. A transferência do lixo para a Sapucaia fazia parte de medidas tomadas pelos administradores da cidade (Estado, médicos, engenheiros) para deixar o Rio de Janeiro mais limpo, belo, organizado e também como parte dos esforços de sanitização de espaços e impedir a proliferação dos depósitos de lixo nos rios, praias, pântanos, ruas, ou seja, espaços mais próximos ao centro urbano mais povoado. Com isso, a partir de 1830 o Rio de Janeiro passou por diversas experiências de implementação de serviços de limpeza urbana compatíveis com as necessidades dos seus moradores ao longo de quase um século. Nesta pesquisa será analisado como o lixo estava inserido em mudanças no padrão do</p>

					metabolismo urbano: demografia, tamanho, até mesmo na concepção de função do espaço e da própria cidade transcorridos entre o século XIX e a primeira metade do século XX. O debate proposto ao longo do trabalho prioriza a interação entre os humanos e os não-humanos na tarefa de limpeza do Rio de Janeiro, compreendendo a dimensão institucional (leis, médicos, engenheiros, lixeiros, tecnologia, teorias), o uso de espaços físicos da cidade como meio de circulação de lixo (rios, praias, mangues, animais) e os impactos causados ao meio ambiente usado para a descarga dos produtos.
HISTÓRIA	TESE	2015	O SANEAMENTO E A POLITIZAÇÃO DA HIGIENE NO RIO GRANDE DO SUL (1828-1930)	Saneamento. Higiene. Urbanização. História - Rio Grande do Sul	Nesta pesquisa abordamos a historicidade das políticas de saneamento no Rio Grande do Sul, no período de 1828 a 1930. O recorte cronológico fixado contempla a experiência de modernização do abastecimento de água e as discussões a respeito do destino do esgoto nas principais cidades sul-rio-grandenses. O foco da pesquisa está nas ações políticas voltadas para o saneamento, tanto no plano das municipalidades, quanto no plano do governo regional exercido pela Província até 1889, e posteriormente, pelo Estado. Neste sentido, a busca pela compreensão das relações entre as municipalidades e o governo regional orientou a consulta nas fontes documentais. A pesquisa concedeu destaque para documentos produzidos pelo poder público e, ao mesmo tempo, explorou o envolvimento da sociedade nas discussões referentes ao saneamento no Rio Grande do Sul a partir da imprensa. Os projetos de saneamento elaborados para cidades sul-rio-grandenses também foram considerados parte do corpus documental da pesquisa. Para compreender a expansão dos investimentos em saneamento ocorrida no Rio Grande do Sul no período entre 1828 e 1930, analisamos a história das empresas de abastecimento de água criadas no período imperial, a organização do serviço de Asseio Público e a construção das primeiras redes de

					<p>esgoto; posteriormente, destacamos o trabalho da Comissão Estadual de Saneamento, criada em 1918 para promover a cooperação entre o Estado e as municipalidades. Partindo da premissa de que o saneamento ganhou importância por influenciar na salubridade urbana e na saúde pública, a Tese apresenta o conceito de politização da higiene para interpretar a crescente preocupação do poder público e da sociedade com o abastecimento de água e com o destino do esgoto.</p>
HISTÓRIA	TESE	2007	MALES E EPIDEMIAS :SOFREDORES, GOVERNANTES E CURADORES NO SUL DO BRASIL (RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX)	<p>Saúde Pública - Aspectos Históricos - Doenças e História - Medicina - Epidemia</p>	<p>A epidemia de 1855 na capital da província do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, é o ponto inicial para a investigação das formas como as doenças, tanto as epidêmicas quanto às comezinhas, eram vividas em meados do século XIX. Partindo do papel desempenhado por três sujeitos plurais - sofredores, governantes e curadores - esta pesquisa busca identificar as ações e as trocas sociais entre estes que moldaram as respostas dadas por esta coletividade à epidemia. As concepções de saúde, doença e cura; os debates em torno do que viria a ser a institucionalização da Saúde Pública; a inserção dos curadores e das idéias acerca do ambiente compuseram a agenda pré-existente de questões que instrumentalizou aquela sociedade a resistir e a buscar, passado o flagelo, evitar o seu retorno.</p>

Fonte: Autora (2024).

Apêndice C - Tabela 3: Instrumento para a coleta de dados documentais -
SERVIÇOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE: GUIA DE DOCUMENTOS DO PERÍODO
DO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO/ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO MOYSÉS
VELLINHO. NO PERÍODO DE 1772 A 1889

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	SERVIÇOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE	22 DE JUNHO DE 1830	1830 – 22 de junho: Solicitam aos moradores das praças Paraíso e dos Ferreiros, que apresentam a sugestão de construir uma ponte sobre o rio para jogar os despejos, que informem com que quantia pretendem concorrer para tal projeto. (Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Volume VII, 1994, p. 74).	32-33
AHPAMV	SERVIÇOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE	15 DE JANEIRO DE 1834	1834 – 15 de janeiro: Mandam pagar o sustento dos presos pobres, exigido pelo contratante, retirando os escravos. (Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Volume VII, 1994, p. 140).	492
AHPAMV	SERVIÇOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE	12 DE OUTUBRO DE 1837	1837 – 12 de outubro: Formalizam a postura indicativa dos procedimentos com despejos públicos. (Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Volume VIII, 1998, p. 38).	472
AHPAMV	SERVIÇOS PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE	06 DE MAIO DE 1842	1842 – 06 de maio: Recebem ofício do Carcereiro da Cadeia solicitando tinas para despejos e água. (Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Volume VIII, 1998, p. 115).	503

Fonte: Autora (2024).

**Apêndice D - Tabela 4: Instrumento para a coleta de dados documentais -
LIVRO DE REGISTRO DAS POSTURAS MUNICIPAIS - DE 1829 ATÉ 1888**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE DE 1829 ATÉ 1888	1829 ATÉ 1888	Nenhuma pessoa, que pelas ruas da Cidade vender quaesquer comestiveis, quinquilherias, fazendas, e louças em taboleiros, e de outra qualquer forma, poderá conservar-se parada nas ruas, ou becos, visto que só nas praças estabelecidas é que poderão demorar-se na vendagem, sob pena de pagar seis centos e quarenta réis; e sendo escravo, ou escrava, será paga esta multa paga pelo seo respectivo senhor, ou por aquella pessoa, a cujo cargo estiver.	CAPÍTULO 15
AHPAMV	CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE DE 1829 ATÉ 1888	1829 ATÉ 1888	Nem um escravo ou escrava poderá viver sobre si em qualquer caza, sem licença da Camara, seja qual for o motivo ou pretexto; sob pena de pagar o senhor dos mesmos escravos, pela primeira transgressão, dez mil reis, e pelas mais vezes vinte mil reis; incorrendo em iguaes multas o proprietario da caza, sendo pessoa diversa.	CAPÍTULO 19
AHPAMV	CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE DE 1829 ATÉ 1888	1829 ATÉ 1888	As lojas, armazens, botequins, cazas de pasto, tabernas, bilhares, e outras semelhantes cazas se fecharao todas as noutes ao toque do sino da Camara, sob pena de um mil reis pela primeira transgressão, de dois mil reis, pelas mais vezes incorrendo em iguaes multas quaesquer pessoas, que depois das refferidas horas fizerem vozerias, e estrondos nas ruas, ou castigarem escravos em suas cazas, de modo que perturbem a vizinhança.	CAPÍTULO 34

AHPAMV	CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE DE 1829 ATÉ 1888	1829 ATÉ 1888	É proibido fazer despejos nos canos de esgoto das agoas das cazas de agoas fetidas, e immundices, que saiam ás ruas ou becos. Quem contravier soffrerá a multa de um mil reis pela primeira e segunda vez, e de dois mil reis pela terceira e mais vezes.	CAPÍTULO 41
--------	--	---------------	---	-------------

Fonte: Autora (2024).

**Apêndice E - Tabela 5: Instrumento para a coleta de dados documentais -
ANAIS MOYSÉS VELHINHO 1992**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	1.4 LIVRO 4 - 1794 A 1800	18 de abril de 1798	Provisão do cargo de Meirinho da Almotaçaria. Deferidos vários requerimentos. Mandam fazer uma marca, para marcar os escravos, e um tronco para o capitão-do-mato prendê-los. Ass.: Sampaio - Lima - Sampaio - Passos - Carvalho	108
AHPAMV	1.4 LIVRO 4 - 1794 A 1800	02 de junho de de 1798	Edital para a limpeza das ruas, adornar portas e janelas, para a procissão de "Corpus Christi". Ass.: Silva - Sampaio - Pinto - Guimarães -Carvalho	109
AHPAMV	1.3 - LIVRO 3 - 1788 A 1794	22 de Novembro de 1788	Carta do Vice-Rei com normas de comportamento sobre negros fugidos. - Acerto sobre a construção de uma ponte na Rua da Graça. Ass.: Bastos - Oliveira - Faria - Figueiredo - Duarte	76
AHPAMV	1.1 LIVRO 1 - 1766 A 1780	12 de Janeiro de 1771	Edital estabelecendo o peso dos pães. Edital comunicando a necessidade da licença para exercer qualquer profissão. Edital normalizando o comportamento em relação aos escravos doentes. Ass.: Os mesmos vereadores	24

Fonte: Autora (2024).

Apêndice F - Tabela 6: Instrumento para a coleta de dados documentais -**ANAIS MOYSÉS VELHINHO 1996**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS DO MUNICÍPIO (1853 A 1900) 2.1 - RELAÇÃO EM ORDEM CRONOLÓGICA	02 DE ABRIL DE 1878	Proposta de João Alfredo Pitrez e Cândido Jozé Ferreira Alvim à Assembléia Legislativa Provincial, expondo contrato para estabelecer uma empresa destinada à condução de materiais fecais e águas servidas. 5 Does. - 11 Fl	105
AHPAMV	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS DO MUNICÍPIO (1853 A 1900) 2.1 - RELAÇÃO EM ORDEM CRONOLÓGICA	09 DE OUTUBRO DE 1883	09 - Requerimento de Mathilde D. dos Santos à Câmara, solicitando permissão para assinar contrato por serviços de limpeza pública prestados a esta cidade. I Doc. - I Fl.	123
AHPAMV	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS DO MUNICÍPIO (1853 A 1900) 2.1 - RELAÇÃO EM ORDEM CRONOLÓGICA	28 DE JULHO DE 1887	28 - Requerimento de Jacob Kappel à Câmara, solicitando licença para construir um esgoto subterrâneo, que passe pelo terreno de Manoel Gomes Ribeiro e atravesse a Rua Voluntários da Pátria. 2 Does - 2 Fls.	131-132

Fonte: Autora (2024).

Apêndice G - Tabela 7: Instrumento para a coleta de dados documentais -**CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE****VOL VII (1825-1835)**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	Livro 9 (1829 a 1830) Muda a estrutura da Câmara de acordo com o Decreto de 27 de setembro de 1828 e Lei de 1 de	29 DE OUTUBRO DE 1829	Pedem ao Procurador que faça demolir um telheiro, na saída da Cidade, que está servindo para encontro de negros e jogos.	59

	outubro de 1828.			
AHPAMV	Livro 10 (1830 a 1832)	23 DE DEZEMBRO DE 1831	Solicitam ao Presidente da Província que forneça as ferramentas necessárias para desobstruir a Rua da Figueira, pois como está abriga negros fugidos e malfeitores.	101
AHPAMV	Livro II (1832 a 1835)	16 DE AGOSTO DE 1833	Recebem do Capitão-do-Mato da Colônia de São Leopoldo pedido de pagamento de diligências feitas contra negros fugidos na Serra do Pinhal.	131

Fonte: Autora (2024).

Apêndice H - Tabela 8: Instrumento para a coleta de dados documentais -
CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE
VOL IX (1846-1855)

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	LIVRO 14 - 1846-1855	04 DE AGOSTO DE 1846	Estabelecem o número de carroças e escravos que participam da limpeza da obra do Cais e da Cidade.	34
AHPAMV	LIVRO 14 - 1846-1855	17 DE MAIO DE 1847	Mandam publicar Editais proibindo despejos na desembocadura da Rua Clara.	49
AHPAMV	LIVRO 14 - 1846-1855	12 DE JANEIRO DE 1848	Resolvem publicar Circular da Presidência tratando de escravos fugidos para a República Oriental do Uruguai.	61

Fonte: Autora (2024).

**Apêndice I - Tabela 9: Instrumento para a coleta de dados documentais -
CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE
VOL XI (1866-1875)**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	Termos de Vereança Livro 16 1866-1875	08 DE JANEIRO DE 1866	Recebem ofício do Comandante do Batalhão nº 54 da Voluntários da Pátria informando que tomou as providências possíveis para coibir os despejos e outras imundícies na Rua Sete de Setembro. - Recebem portaria da Presidência da Província recomendando que a Câmara reforce a fiscalização na limpeza das ruas, quintais, gêneros alimentícios deteriorados, bebidas alteradas e frutas verdes.	15
AHPAMV	Termos de Vereança Livro 16 1866-1875	28 DE ABRIL DE 1866	Marcam data para apresentação de propostas da iluminação interna da Cadeia Civil, para a publicação das atas e outros trabalhos municipais, e ainda a arrematação dos passos da Pintada, Picada, dos Negros e das Canoas - Resolvem colocar um servente para cuidar do asseio da praia do Caminho Novo para evitar os despejos que ali são feitos.	24
AHPAMV	Termos de Vereança Livro 16 1866-1875	06 DE JULHO DE 1866	Concedem licença a um escravo para pedir esmolas para a liberdade dele.	28

Fonte: Autora (2024).

**Apêndice J - Tabela 10: Instrumento para a coleta de dados documentais -
CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE
VOL XII (1876-1885)**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	LIVRO 18 - 1876 A 1877	28 DE AGOSTO DE 1876	Aprovam as bases do Contrato do Serviço da Limpeza Pública. Ass.: Martins de Lima - Fagundes - Olinto - Costa - Maia - Barão de Cai.	26
AHPAMV	LIVRO 18 - 1876 A 1877	16 DE OUTUBRO DE 1876	Recebem portaria da Presidência aprovando, provisoriamente, os artigos de Posturas concernentes ao serviço de limpeza pública das praças, calhas, ruas e litoral da Cidade.	29
AHPAMV	LIVRO 18 - 1876 A 1877	28 DE AGOSTO DE 1877	Encaminham às comissões respectivas as propostas recebidas para o serviço de limpeza da Cidade e para o abastecimento do Asilo de Santa Leopoldina.	56

Fonte: Autora (2024).

**Apêndice K - Tabela 11: Instrumento para a coleta de dados documentais -
CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE
VOL XIII (1886-1900)**

LOCALIZAÇÃO ACERVO	TÍTULO DO DOCUMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EXTRATO DO DOCUMENTO	PAGINAÇÃO
AHPAMV	CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE _VOL XIII	09 DE NOVEMBRO DE 1886	Recebem ofício da Presidência da Província tratando da remoção do lixo e materiais fecais para uma das ilhas fronteiras à Cidade e informam não ter meios para levar a efeito este serviço.	18
AHPAMV	CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE _VOL XIII	27 DE NOVEMBRO DE 1886	Recebem portaria da Presidência recomendando que seja designado novo local para o depósito de lixo e providenciado o prolongamento do trapiche para o despejo dos materiais fecais.	19

AHPAMV	CATÁLOGO DAS ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE _VOL XIII	10 DE JANEIRO DE 1887	Encaminham ao Procurador da Câmara, para informar, o requerimento de um cidadão sobre a locação do terreno junto à Cadeia Civil onde existe o trapiche de despejos.	22
--------	---	--------------------------	---	----

Fonte: Autora (2024).